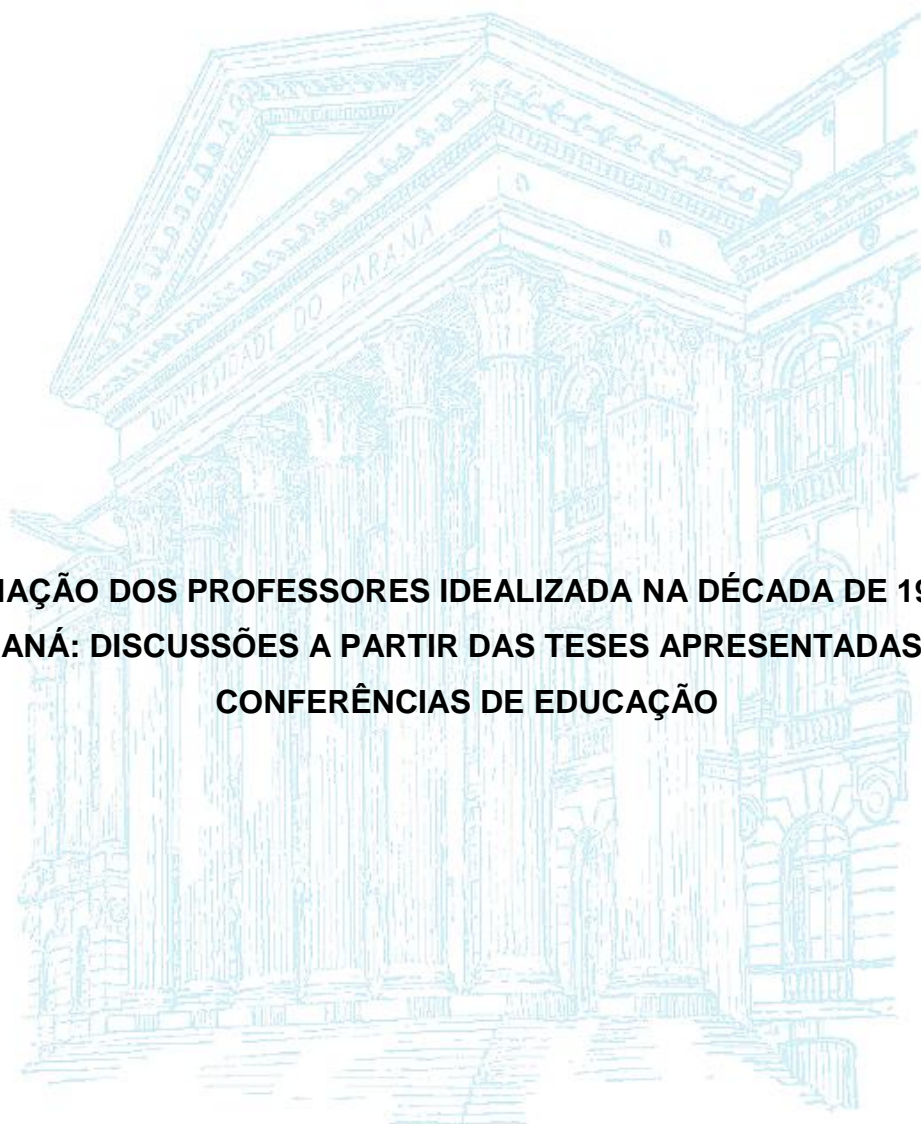


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIZETE ANTUNES GEMIN



**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES IDEALIZADA NA DÉCADA DE 1920 NO
PARANÁ: DISCUSSÕES A PARTIR DAS TESES APRESENTADAS NAS
CONFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO**

CURITIBA
2014

ELIZETE ANTUNES GEMIN

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES IDEALIZADA NA DÉCADA DE 1920 NO
PARANÁ: DISCUSSÕES A PARTIR DAS TESES APRESENTADAS NAS
CONFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC),
graduação em Pedagogia, apresentado ao Setor
de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Leziany Silveira Daniel

CURITIBA

2014

À minha querida mãe Antonia Muchenka Pereira
(*in memoriam*)

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelas bênçãos, por ter me confiado esta oportunidade e pela certeza que Ele esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis ao longo de mais esta etapa em minha vida.

À minha Orientadora Profa. Dra. Leziany Silveira Daniel, que tão gentilmente atendeu ao meu pedido de orientação, pelo interesse, simpatia e entusiasmo que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira pelo apoio e por ter me colocado em contato com a História da Educação e com a temática das Conferências Nacionais de Educação.

Ao meu filho Guilherme – presente de Deus – que soube entender os momentos nos quais não pude dispensar a ele maior atenção.

Ao meu esposo Fernando, ao meu pai Pedro e a todos de minha família que sempre me incentivaram em minha graduação.

Aos (as) professores (as) que pelo profissionalismo e dedicação que dispensaram auxiliando em minha busca do conhecimento.

A todos que de alguma forma contribuíram neste percurso para a realização de meus estudos ao longo dos últimos cinco anos.

Do Paraná só tenho gratas recordações. Amo o seu povo porque é digno. Venero o seu professorado, porque é composto, na sua quase maioria absoluta, por almas boas, inteligentes e, sobretudo, devotadas. Posso afirmar por convicção e por reconhecimento próprio, que no Brasil inteiro, inclusive São Paulo, não existe uma classe que o sobrepuja. O professor paranaense é um herói, um grande, um incomparável obreiro da Pátria. Você bem sabe como conheço – da cidade, do mato – como lidei, não um ano, mas cinco, com êsses soldados do alfabeto.

César Prieto Martinez

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é intitulado – *Formação dos professores idealizada na década de 1920 no Paraná: discussões a partir das teses apresentadas nas conferências de educação*. Nele se fez uma breve contextualização histórica do período, momento este de intensa efervescência ideológica, com inúmeras transformações políticas, culturais, econômicas e sociais em diversos países do mundo. A elite culta brasileira, na sua percepção, entendeu na época, que nosso país mostrava-se apático e atrasado, se comparado aos Estados Unidos da América e alguns países europeus. A educação, neste sentido, segundo a intelectualidade deste período, deveria estar em consonância com certos objetivos - progresso, desenvolvimento e modernidade, o que exigia reformas no ensino. Dentro do processo de desenvolvimento era requisitada mão de obra treinada e apta para atender as novas frentes de trabalho fabril que se abriam no Brasil. Criaram-se então, espaços onde era possível discutir projetos de reformas educativas, calcadas em moldes cívicos, racionais, morais e higiênicos. Foi organizado, por exemplo, na cidade de Curitiba, no ano de 1926, o Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN) e em 1927 a Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), nos quais se debateram teses que abordaram temas e problemáticas educativas diversas. A partir da análise dos documentos, percebeu-se que os intelectuais reunidos nesses locais acordaram que as reformas educativas incidiriam, primordialmente, sobre o ensino primário e normal. Nosso estudo pretendeu vislumbrar, desta forma, como foi pensada a formação docente, bem como o papel conferido ao professor que atuaria no ensino primário, expressos nos dois congressos de educação: o CEPN e a I CNE. Mediante análise de determinadas fontes, nosso trabalho se constituiu em uma pesquisa qualitativa, de cunho histórico. Desse modo, para conclusão deste trabalho, foram consultadas as seguintes fontes: *Teses do Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN)* e *as Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE)*. Utilizamos também, diversas referências bibliográficas, entre elas destacam-se: Miguel (1997), Schmidt (1997), Carvalho (1998), Saviani (2004, 2009), Bona Júnior e Vieira (2007). As fontes e as referências empregadas foram imprescindíveis para nosso estudo dentro da temática abordada.

Palavras-chave: Conferências. Formação dos professores. Intelectuais. Reformas no ensino.

ABSTRACT

This Work Course Conclusion (TCC) is entitled - Teacher Training idealized in the 1920s in Paraná: discussions from the submissions made in education conferences. It was made a brief historical background of the period, this time of intense ideological ferment, with many changes political, cultural, economic and social in several countries. The Brazilian educated elite, for him, you know at the time that our country showed up late and apathetic, compared to the United States and some European countries. Education in this sense, according to the intelligentsia of this period, should be in line with certain objectives - progress, development and modernity, which required reforms in education. Within the development process was required trained manpower and able to meet the new factory work fronts that opened in Brazil. Were then created, spaces where one could discuss projects of educational reforms, modeled on civil, rational, moral and hygienic manner. Was organized, for example, in Curitiba, in 1926, the Congress Teaching Primary and Normal (CEPN) and in 1927 the First National Education Conference (I CNE), in which they discussed theses that addressed issues and problems various educational. From the analysis of the documents, it was realized that intellectuals gathered at these sites agreed that educational reforms would focus primarily on the primary and normal education. Our study sought to glimpse in this way, such as teacher training is designed, and the role given to the teacher who act in primary education, expressed in the two education conferences: the CEPN and I CNE. Through the analysis of certain sources, our work consisted of a qualitative study of historical nature. Thus, to complete this work, the following sources were consulted: Theses of Primary and Normal Education Congress (CEPN) and the Theses of the First National Conference on Education (I CNE). We also use, several references, including stand out: Miguel (1997), Schmidt (1997), Carvalho (1998), Saviani (2004, 2009), Bonn Junior and Vieira (2007). Sources and references used were essential to our study within the theme.

Keywords: Conferences. Training teachers. Intellectuals. Reforms in education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – TESES APRESENTADAS NO CEPN.....	18
QUADRO 2 – REFORMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1920.....	20
QUADRO 3 – DELEGADOS DOS ESTADOS NA I CNE.....	30
QUADRO 4 – TESES APRESENTADAS NA I CNE.....	31
QUADRO 5 – TEMAS DIVERSOS NAS TESES DA I CNE.....	35
GRÁFICO 1 – N. MATRÍCULAS EM ESCOLAS PÚBLICAS PARANAENSES ENTRE 1900 E 1930.....	53
QUADRO 6 – ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE CURITIBA (REFORMAS DE 1923).....	59
QUADRO 7 – PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CEPN.....	60
QUADRO 8 – PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA I CNE.....	60

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CEPN – Congresso de Ensino Primário e Normal

CNEs – Conferências Nacionais de Educação

I CNE – Primeira Conferência Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DISCUSSÕES SOBRE O ENSINO PARANAENSE	15
1.1. ATUAÇÃO DOS REFORMADORES NO PARANÁ	20
2. RENOVAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA EM DEBATE	29
2.1 A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.....	38
3. AS ESCOLAS NORMAIS PARANAENSES	43
4. O PRINCIPAL CAMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES	48
5. O PAPEL DO PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
FONTES	81
ANEXO	82

INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XX, período do pós-guerra, foram marcadas por intensa efervescência ideológica, com profundas transformações políticas, culturais, econômicas e sociais em diversos países no mundo.

No Brasil, a atividade econômica principal era a agricultura cafeeira, que permitiu investimentos dando início a um processo de industrialização. Conforme ratifica Saviani (2004, p. 13-14), “o café propiciou um alto grau de capitalização que, com a crise mundial do final dos anos de 1920, foi o fator básico da industrialização do país”.

No Paraná, no período que compreende os anos de 1920 a 1930, também se iniciava de maneira tímida, um processo de modernização, sendo que a principal atividade econômica da época constituía-se no extrativismo da erva-mate, o que incentivava a povoação de seu território.

No mesmo período, alguns países mostravam que estavam a desfrutar de avanços tecnológicos e científicos, desenvolvimento e prosperidade, comparando-se a essas nações, a elite culta brasileira percebeu e preocupou-se com o fato de que o país se mostrava apático e atrasado, em relação a certos países. Segundo Accácio (2005, p. 112), “Os valores culturais externos representam o metro hegemônico pelo qual a intelectualidade deseja medir a situação da sociedade brasileira, tornando flagrante seu atraso na pretensão de ser moderna.”

Logo, os intelectuais chegaram à conclusão, de que os avanços econômicos, científicos, tecnológicos, sociais e culturais em alguns países, seriam decorrentes de reformas educacionais e passaram a acreditar na instauração de um princípio reformador, regenerador e transformador via educação do povo.

Os países que serviam de referencial progressista, no momento elencado, eram os Estados Unidos da América e alguns países europeus que se encontravam inseridos em um contexto de industrialização e sorviam ares de modernidade. Para Ross (2012, p. 18-19), a intelectualidade “afirmava que o Brasil não acompanhava as transformações porque estava atrasado cultural e economicamente em relação a esses países”.

Desta maneira, teve início um amplo debate sobre os rumos da educação nacional, ao mesmo tempo em que, perceberam a necessidade e urgência de

implantar um processo civilizatório no Brasil. A elite culta acreditava que em breve a nação enfrentaria inúmeros desafios atinentes às mudanças irreversíveis que ocorreriam com o advento da modernização e industrialização, seria então, requisitada mão de obra treinada e apta para atender as novas frentes de trabalho fabril que se abririam.

A preocupação com a produtividade, com a técnica, com o desenvolvimento econômico, com o uso da ciência e do trabalho racional, tomava conta do país. Nessa situação, vários autores atribuíam à escola a responsabilidade pela formação da mão-de-obra qualificada para as novas exigências do mercado de trabalho. (GALTER; FAVORETO, 2006, p. 2256)

As iniciativas de construção de uma política de educação que abrangesse todo o território tinham articulação com o anseio de formação da nacionalidade e projetos de homogeneização cultural, moral, higiênica e cívica que, seguramente extrairia o país do atraso e marasmo, conforme a leitura da intelectualidade na época.

Com o intuito de reverter esse quadro negativo e os altos índices de analfabetismo, registrados no Brasil, foram organizados encontros educacionais, que ampliaram e firmaram debates atinentes a instituição de uma reforma na educação.

Os altos índices de analfabetismo não foram apresentados como resultantes da incompetência das elites políticas sem prover a educação popular, mas sim pela resistência destas camadas da população em entender os papéis da escola e da população no desenvolvimento da sociedade brasileira. (BONA JÚNIOR e VIEIRA, 2007, p. 24)

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisou como foi pensada a formação dos professores no Paraná, na década de 1920, a partir das teses apresentadas em dois importantes encontros, realizados na capital do estado, Curitiba e que discutiram assuntos atinentes a educação – o Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN), de 19 a 22 de dezembro do ano de 1926 e a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), de 19 a 27 de dezembro de 1927.

No Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN) se reuniram diversos diretores, professores, lentes¹, bem como indivíduos com empenho na causa

¹ O termo – lente – é encontrado e definido na Enciclopédia Barsa (2007, p. 3511) da seguinte maneira: “**lente** (do lat. *legente*-) 2. s. 2 gên. Professor universitário ou do ensino superior.”

educacional paranaense. Nesse evento educacional, seguindo orientação da Inspeção Regional de Ensino, foram apresentadas 27 teses pelos congressistas.

Entretanto, na I Conferência Nacional de Educação (I CNE), debateram-se 113 teses diversificadas sem, contudo, perder o vínculo com a temática da educação. A I CNE contou com a participação de professores, médicos, advogados, engenheiros, militares, entre outros.

Bona Júnior (2008, p. 3) acrescenta que apesar da I CNE ser decorrente, de aspirações políticas nacionais e que o CEPN ter sido realizado a partir de ações políticas locais esses encontros conclamavam que o progresso e desenvolvimento do país seriam alcançados se partissem de reformas educacionais.

Buscou-se na época dar notoriedade a essa movimentação através dos encontros educacionais, pois, em conformidade com Hoeller (2013, p. 1), esses eventos bastante comuns nos anos de 1920 buscaram dar notoriedade às propostas educacionais que se pretendia empreender por parte de diversos estados brasileiros.

De maneira especial a I CNE foi o espaço onde se constituiu a formulação e organização de um sistema nacional de ensino que tinha por objetivo principal educar o povo e modernizar o Brasil.

Com relação ao discurso vinculado nos encontros, segundo Bona Júnior e Vieira (2007, p. 31), o atraso e marasmo estiveram presentes na “retórica que conferiu poder persuasivo ao discurso da modernidade, por extensão, afirmou o protagonismo político dos intelectuais”. Assim, os intelectuais acreditavam estarem imbuídos da missão de agentes regeneradores do povo, conduzindo a marcha nacional rumo ao progresso.

Buscando a efetivação das reformas educacionais idealizadas nesses dois encontros realizados em Curitiba, os intelectuais, enquanto sujeitos ativos se colocaram em condições de poder transformar a realidade brasileira, no recorte temporal elencado.

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar como foi pensada a formação dos professores no Paraná na década de 1920, a partir do conteúdo textual das teses apresentadas pelos congressistas no CEPN de 1926 e a I CNE de 1927; e, os objetivos específicos elencados na pesquisa foram:

- Entender o papel das conferências educacionais realizadas em Curitiba, dentro do contexto analisado;

- Identificar e qualificar os intelectuais que foram os principais protagonistas das reformas educacionais paranaenses;
- Verificar qual o perfil idealizado do professor primário, bem como entender as propostas para constituição desses profissionais da educação.

A nossa pesquisa estabeleceu-se, a partir de uma perspectiva qualitativa de cunho histórico, mediante análise de determinadas fontes. O destaque recai sobre as teses apresentadas no Congresso de Educação Primária e Normal (CEPN) e na I Conferência Nacional de Educação (I CNE), eventos realizados em Curitiba, nos anos de 1926 e 1927, respectivamente. Essas teses encontram-se no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa na cidade de Curitiba. Em 1997, foi publicada uma coletânea dos anais da I Conferência Nacional de Educação, organizadas por Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt.

Nas teses apresentadas no CEPN (1926), algumas delas consideraram um perfil, atribuições e papel pretendido para os professores, também notamos em nossa pesquisa que poucas tiveram por temas a formação para o exercício da função docente, junto ao ensino primário.

Por sua vez, nas teses debatidas durante a I CNE (1927), foi perceptível em nossos estudos que o amplo agrupamento temático referiu-se ao ensino-aprendizagem e a escola primária, apesar da diversidade de temas no encontro.

Dessa maneira, não encontramos um número significativo de trabalhos no encontro nacional, que versaram sobre o perfil e atribuições dos professores, almejado para a época em questão. De igual maneira ao que aconteceu nas teses revisitadas do CEPN, poucas teses mencionam sobre a formação dos professores primários. Entretanto, muitas das teses da I CNE estudadas, de maneira sucinta, mencionem o mote.

Acreditamos que os estudos das teses do Congresso de Ensino Primário e Normal e da I Conferência Nacional de Educação apresentam relevância, na medida em que, ao utilizar como principal fonte de análise os discursos produzidos nesses dois encontros educacionais, entende-os no interior de um determinado ideal de modernidade que se pretendia para o Brasil.

Esse ideal moderno foi pensado por intelectuais que visualizavam a importância da escola e a formação de professores, como caminho para determinadas mudanças sociais, culturais e educacionais que conduziriam o país rumo à modernidade e ao progresso.

O exame apresentados estão apoiado em análises advindas de diversas vertentes como livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e publicações periódicas que apresentam aproximação com o tema escolhido e o recorte temporal que engloba o estudo em questão.

O trabalho ora apresentado foi dividido em cinco capítulos que buscaram abranger, ainda que de maneira sucinta, boa parte da movimentação que ocorreu no Paraná no decênio 1920-1930, que buscava uma melhoria em prol do ensino estadual.

No primeiro capítulo, mostramos como se configurou o Congresso Ensino Primário e Normal (CEPN) realizado em Curitiba, no ano de 1926. Descrevemos sua organização, as determinações seguidas no evento, as figuras que se destacaram e as teses debatidos pelos congressistas.

Na seção secundária 1, desse mesmo capítulo, destacamos a atuação dos reformadores – César Pietro Martinez² e Lysímaco Ferreira da Costa³, bem como as reformas por eles empreendidas, no período que compreende os anos de 1920 a 1928, no estado do Paraná.

No segundo capítulo abordamos como a I Conferência Nacional de Educação (I CNE) se conformou na capital paranaense em 1927. Trazemos para a

² Os autores consultados nesta pesquisa, não informam como foi a trajetória anterior a 1920, de César Pietro Martinez, apenas apontam para o fato de que ele ocupava o cargo de diretor da Escola Normal de Pirassununga, desse modo, seu nome passa a ser mencionado em diversos trabalhos somente a partir dos relatos que contam como se deu a escolha do primeiro Inspetor Geral de Ensino do Paraná.

³ De acordo com Ferreira (2006, p. 2659 -2667), Lysímaco Ferreira da Costa filho de Antonio Ferreira da Costa Filho e Maria José de Siqueira Costa, nasceu na cidade de Curitiba, no dia 1 de dezembro de 1883, e faleceu na mesma cidade, no dia 24 de julho de 1941. Começou seus estudos em 1893 na “Escola dos Bons Meninos”. No ano de 1896, matriculou-se no Ginásio Paranaense. Ferreira da Costa apresentou-se em Curitiba, no ano de 1900 ao Sexto Regimento de Artilharia de Campanha. Em 1901 foi estudar no Rio Grande do Sul, na “Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo”, quando em 1902 transferiu-se novamente para Curitiba no 14º Regimento de Cavalaria, após teve uma passagem na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1904 e, no mesmo ano retorna a capital paranaense, quando passou a ministrar aulas particulares de Matemática, Física e Química, assim conheceu Esther, filha do Coronel Evaristo Martins Franco, com quem se casou em 8 de dezembro de 1906 e com a qual teve onze filhos. Após a morte de sua esposa casou-se novamente com sua cunhada Maria Ângela, não tendo mais filhos desse matrimônio. No ano de 1906, passou a ser lente ao assumir a Cátedra de Física do Ginásio Paranaense. Após esse episódio, o professor Lysímaco, em 1907 publicou artigos direcionados ao ensino de Geometria. Ferreira da Costa em 1920 passa a ocupar o cargo de Diretor do Ginásio Paranaense, da Escola Normal e da Escola Agrônômica do Paraná, nessa época também ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado até a chegada de César Pietro Martinez, época em que se criou a Inspetoria Geral de Ensino do Paraná. Em 1925 foi nomeado, por Caetano Munhoz da Rocha, como Inspetor Geral de Ensino após a saída de Pietro Martinez, esteve à frente da Inspetoria até o ano de 1928, quando assumiu o cargo de Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Estado, porém na época não se desligou por completo do Ginásio Paranaense, pois continuou a participar de bancas examinadoras, na referida instituição de ensino.

discussão sua organização, quais os Estados da Federação que tomaram parte do evento, quais os discursos que predominaram no evento nacional e uma visão geral das teses debatidas pelos congressistas.

Dentro deste capítulo, na seção secundária 1, discorreremos sobre o que foi a Associação Brasileira de Educação (ABE), como ela se dispôs e o que ela pretendia.

No terceiro capítulo tratamos sobre as Escolas Normais instituídas no Paraná, no recorte temporal, que visavam atender a demanda pela formação de professores que atuariam no ensino primário.

Abordamos no quarto capítulo aspectos que concernem ao ensino primário, que foi eleito pelos intelectuais como palco privilegiado e inicial das reformas educacionais paranaenses e brasileiras.

Examinamos, por fim, no quinto e último capítulo, as teses debatidas nos dois encontros educacionais (CEPN e I CNE), buscando nas discussões trazer à tona aspectos a respeito do perfil que se idealizava para o docente e, como foi a formação legada aos professores primários, naquele momento de discussão da reformulação educacional.

1. DISCUSSÕES SOBRE O ENSINO PARANAENSE

Na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, de 19 a 22 de dezembro do ano de 1926, realizou-se o Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN), organizado pela Inspeção Geral de Ensino.

Esse evento foi compreendido pela elite culta como necessário e de grande valor para aquele momento específico, conforme afirma a palestrante Rosa Pereira da Carvalho: “lembrando tão em boa hora, nessa alta organização de um congresso, destinado a melhorar e a incentivar a Instrução, fonte de todo o progresso e levantamento de um estado” (CEPN, t. 3)⁴.

⁴ A menção das teses citadas em nosso trabalho apresenta-se em conformidade com Bona Júnior (2005, 2008) e Bona Júnior e Vieira (2007). No trabalho desses autores, aparece a descrição do evento educacional: CEPN ou I CNE entre parênteses, precedidos do número da tese, de acordo com a ordem consecutiva em que foram apresentados nos respectivos eventos. Ex.: (CEPN, t. 12).

O encontro educacional teve esfera regional e nele estiveram reunidos diretores de escolas, professores, lentes, bem como indivíduos com empenho e interesse na educação, oriundos de várias localidades estaduais.

Para guiar a temática do evento, a Inspeção Regional de Ensino sob o comando de Lysímaco Ferreira da Costa, lançou publicação na imprensa local de uma regulamentação, sob a forma de um questionário.

- 1 - Qual a marcha mais eficaz para se realizar o ensino da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino primário e secundário do estado?
- 2 - A que normas didáticas deve obedecer o ensino vernáculo nas escolas frequentadas por filhos de colonos estrangeiros?
- 3 - Como podem os professores cooperar econômica e eficazmente na organização dos museus escolares?
- 4 - Há necessidade de se tornar rigorosamente obrigatório o ensino elementar no território paranaense?
- 5 - A função do professor primário deve ser restringida à simples e rígida execução dos programas e regulamentos oficiais? Qual deve ser a amplitude da sua atuação na educação nacional?
- 6 - Convém ao ensino primário elementar a uniformização dos livros didáticos em todos os municípios do estado?
- 7 - Como deve ser exercida a inspeção médico-escolar? Qual a função do professor como auxiliar do médico?
- 8 - Será chamado método analítico o melhor para o ensino da leitura nas escolas isoladas do estado? Senão, qual o método mais conveniente?
- 9 - Qual a marcha do ensino intuitivo nos jardins-de-infância?
- 10 - Como deve proceder o professor primário para que os pais tomem um maior interesse pela educação escolar, em benefício da educação dos seus filhos? (CEPN, Regulamento, 1926⁵, *apud* BONA JÚNIOR, 2007, p. 16).

O objetivo desse questionário foi conduzir a temática e, conseqüentemente, as discussões que ocorreriam no congresso. A Gazeta do Povo (1926 *apud* Bona Júnior, 2004, p. 2) publicou o acréscimo da seguinte questão: “11) Outras teses poderão ser apresentadas”. O fato de ser acrescida essa 11ª proposta, segundo constatação do autor, se valendo dessa 11ª prerrogativa foram aceitas 11 teses distintas que se valeram desse espaço aberto para exposição das preleções do CEPN.

No entanto, conforme atesta a congressista Tharcilla Armbruster Chapot em sua tese o encontro trataria de assuntos educativos, “certifiquei-me que o Congresso de Ensino vai tratar exclusivamente dos assuntos pedagógicos que interessam a unidade e ao melhoramento do ensino público e particular ministrado no território paranaense.” (CEPN, t.6)

⁵ Regulamento CEPN, 1926 foi citado como fonte de pesquisa por Bona Júnior.

Neste encontro em dezembro de 1926, foi apresentado, o total de 27 teses, conforme demonstra o Quadro 1:

TESES APRESENTADAS NO CEPN⁶			
Tese nº.	Nome do (a) autor (a)	Título	Tema
1 Tese não encontrada	Segismundo Antunes Netto	Obrigatoriedade do ensino no território paranaense	
2	Segismundo Fallarz	Normas de proceder de um professor de escola isolada	Educação rural, professores
3	Rosa Pereira de Carvalho	O papel do professor de uma escola isolada	Escola isolada - educação rural
4 Tese não encontrada	Joaquim Meneleu A. Torres	Qual o processo mais eficaz para o ensino da Arithmética	
5	José Busnardo	Plano para difusão do ensino primário no estado	Ensino primário
6	Tharcilla Armbruster Chapot	73º aniversário da emancipação política do Paraná	Educação moral-cívica, museus, vernáculo, ensino obrigatório, professores
7	Maria Cercal Corrêa	Tese sobre a música	Ensino da música
8	Maria Galvão	Qual a ciência capaz de remodelar os caracteres da atualidade?	Educação moral
9 Tese e Parecer não encontrados	Marina de Albuquerque Maranhão	Sugestão sobre o ensino moral	
10	Oswaldo Pilloto	Questões de metodologia da Arithmética	Matemática
11	Guilherme Butler	Como ensinar a língua vernácula aos filhos de pais estrangeiros nas escolas primárias?	Língua vernácula, professores
12	Nelson Mendes	Qual a marcha mais eficaz para se realizar o ensino da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino primário e secundário do estado?	Educação moral, professores
13	Esther F. F. da Costa	O método de projetos	Ensino primário, professores
14 Tese não encontrada	Nicephoro M. Fallarz.	Os museus escolares: sua aplicação e organização	
15 2 pareceres (um dos pareceres não foi encontrado)	Maria Luiza Ruth	Há necessidade de se tornar rigorosamente obrigatório o ensino primário elementar no território paranaense?	Ensino primário obrigatório
16 Tese e	Heitor Borges de Macedo	A higiene na escola: sua utilidade no ensino	

⁶ A sequência numérica utilizada para a confecção deste quadro obedece, em conformidade com a fonte estudada, a ordem de apresentação das teses no evento educacional CEPN (Curitiba – 1926).

parecer não encontrado ⁷			
17	Myriam de Souza	Qual a marcha mais eficaz para se realizar o ensino da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino primário e secundário do estado?	Educação moral e cívica, professores
18 tese não encontrada	Nicolau Meira de Angelis	Normas didáticas a que se deve obedecer o ensino de português aos filhos dos colonos	
19	Otacília H. de Oliveira	Como podem eficazmente cooperar econômica e eficazmente na organização dos museus escolares?	Museus escolares
20 tese não encontrada	Carlos Mafra Pedroso	Contribuição para profilaxia do impudismo no método escolar	
21	Lúcia Dechandt	A função do professor primário deve ser restringida à simples execução dos programas e regulamentos oficiais? Qual deve ser a amplitude de sua ação na educação nacional?	Educação primária, professores
22 Tese não encontrada	Frederico Lange de Morretes	O ensino de desenho nas escolas primárias	
23	Wenceslau Muniz	O ensino da Arithmética elementar no Brasil está mal orientado	Matemática, escolas normais
24	João Rodrigues	Há necessidade de se tornar rigorosamente obrigatório o ensino primário elementar no território paranaense?	Ensino obrigatório, escola normal
25	Josepha Corrêa de Freitas	Da educação musical nas escolas	Educação musical
26	Maria Luiza Ruth	O ensino nas escolas freqüentadas por filhos de colonos estrangeiros	Ensino vernáculo, professoras normalistas
27	Antônio Tupy Pinheiro	O ensino da moral: obrigatoriedade do ensino primário elementar no território paranaense	Educação moral, ensino obrigatório

QUADRO 1 – TESES APRESENTADAS NO CEPN

FONTE: Quadro organizado pela autora (2014), a partir da fonte utilizada em nosso estudo, a saber, Teses do Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN).

As determinações que procederam da Inspeção Regional de Ensino do Paraná tiveram uma influência marcante na maioria dos trabalhos, inclusive muitos dos títulos das teses apresentadas foram extraídos propositalmente do questionário elaborado pelo referido órgão público.

Debatidas as teses, Bona Júnior e Vieira (2007, p. 17), explicam o que se seguiu após essa ação: “A discussão foi organizada de maneira que as teses recebessem um parecer exarado por um relator indicado pela Inspeção e, então seguissem para as comissões temáticas e para as votações em plenária.” Deste

⁷ Foi possível descobrir a autoria e o título da tese nº 16, devido ao fato de elas serem mencionadas em nossa fonte de estudo - teses do CEPN.

modo, os pareceres das teses da CEPN, que foram devidamente votados, posteriormente, tiveram votos favoráveis e aprovação unânime em sua maioria.

Pudemos notar que as professoras tiveram grande participação no CEPN, apresentando doze (12) teses neste fórum educacional de âmbito regional. Conferimos destaque a atuação da conferencista Maria Luiza Ruth apresentando duas teses no evento, a de nº 15, intitulada: “Há necessidade de se tornar rigorosamente obrigatório o ensino primário elementar no território paranaense?” A outra tese, apresentada pela professora mencionada foi a de nº 26 – “O ensino nas escolas freqüentadas por filhos de colonos estrangeiros”.

Outras figuras femininas que destacamos são: Esther Franco Ferreira da Costa, Myriam de Souza, Lúcia V. Dechandt, Octacília H. de Oliveira que apresentaram teses nos dois encontros ocorridos no Paraná em 1926 e em 1927, respectivamente.

A temática educacional paranaense abordada versou, para além dos temas que giravam em torno da obrigatoriedade do ensino primário no estado, de questões em torno das escolas isoladas, do ensino proclamado aos filhos dos colonos estrangeiros, do método de projetos, do destaque para a educação moral e cívica com orientação na doutrina cristã, dentre outros.

Nas discussões que ocorreram em função do CEPN, mesclou-se o tradicional e o inovador, conforme Bona Júnior e Vieira (2007, p.18), “[...] o discurso da modernidade provocou atitudes ambivalentes, gerando tensões entre o desejo de mudança e o esforço de manutenção da tradição.”

As apresentações das teses no local dividiram as apreciações dos participantes do congresso, alguns foram atraídos pelas proposições da pedagogia moderna e, outros rebatiam as “ideias modernas” e preferiam conservar o modelo tradicional de ensino.

Sem dúvida, no nosso entendimento, elencou-se no CEPN, a importância da escola e do professor primário para o ensino e aprendizagem. A escola como instituição congregadora, educadora e edificadora do futuro próspero e moderno e o professor como artífice do empreendimento educacional, modelo de moralidade, esforço, bondade e dedicação.

Na sequência de nosso estudo, demos destaque ao trabalho dos reformadores César Pietro Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa, que estiveram à

frente da Inspeção Geral de Ensino do Paraná, no período que abrange os anos de 1920 a 1928.

1.1. ATUAÇÃO DOS REFORMADORES NO PARANÁ

A década de 1920 foi marcada por um processo cultural e social, culminando em tendências modernizadoras que foram implantadas inicialmente, nas políticas públicas estaduais para a educação. Alguns estados apresentaram reformas mais acentuadas, outros maiores moderações nas mesmas, devido aos recursos públicos escassos para tal empreendimento, como foi o caso paranaense.

Por conseguinte, seguindo a tendência modernizadora do período, vários estados brasileiros promoveram reformas educacionais, conforme ilustra o quadro abaixo:

REFORMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1920		
Ano	Estado	Reformador
1920	São Paulo	Sampaio Dória
1920	Paraná	César Pietro Martinez
1922 a 1926	Distrito Federal	Carneiro Leão
1922 a 1926	Rio Grande do Norte	José Augusto Bezerra de Menezes
1924	Ceará	Lourenço Filho
1925	Bahia	Anísio Teixeira
1927 a 1928	Minas Gerais	Francisco Campos
1928	Pernambuco	Carneiro Leão
1928	Distrito Federal	Fernando de Azevedo

QUADRO 2 – REFORMAS EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 1920

FONTE: A autora (2014), quadro organizado a partir das indicações evidenciadas no trabalho de Miguel (1997, p. 15-16).

O estado paulista foi o precursor no Brasil a empreender reformulação educacional, por isso, conforme Abreu (2007, p. 98-100), foi comum o envio de missões de professores ao estado paulista para aperfeiçoamento pedagógico.

O objetivo dessas viagens foi principalmente para que os docentes aprendessem novas abordagens de ensino com tendências modernizadoras para a

instrução pública e, incorporá-las ao ensino paranaense. Portanto, esse tipo de “missões” constituiu-se numa prática comum na época,

observou-se que São Paulo representava, aos olhos das autoridades paranaenses, o “modelo” a ser seguido na busca pela civilização do seu povo, face aos destacados resultados obtidos e divulgados das reformas por lá empreendidas. (SOUZA, 2005, p. 11)

Na época o estado mais próspero do país – São Paulo – era apreendido como modelo firmado e referência nas áreas econômica e educativa, conforme o entendimento da elite culta. Várias ações estabelecidas em São Paulo serviram de exemplo, aos demais estados brasileiros que pretendiam efetivar novos arranjos na área de educação.

Seguindo, o modelo paulista, iniciaram-se, certas reformas na educação e, de acordo com Miguel (1997, p. 15), o Paraná foi o segundo estado brasileiro a agenciar em seu território mudanças na instrução. Pretendia-se que reformas na educação trouxessem desenvolvimento social, cultural e econômico ao estado.

De 1920 a 1928, o Dr. Caetano Munhoz da Rocha foi o presidente do estado do Paraná, em sua administração empreendeu esforços que visavam a melhoraria do ensino paranaense. Segundo Padiál (2008, p. 38), “Caetano Munhoz da Rocha foi empossado governador do Paraná em 25/12/1920, governando o Estado até 1928. A questão educacional estava entre suas preocupações”.

O referido presidente estadual, em seu primeiro mandato, teve como uma das primeiras ações em prol do ensino estadual, a nomeação do professor Lysímaco Ferreira da Costa, como diretor geral do Ginásio Paranaense e da Escola Normal.

Logo após tomar posse, Munhoz da Rocha, enviou Lysímaco Ferreira da Costa ao estado de São Paulo⁸. O intuito desse procedimento foi o de que Ferreira da Costa encontrasse uma pessoa possuidora de requisitos compatíveis com a função de Inspetor Geral da recém-criada Inspetoria de Ensino do Paraná.

⁸ Encontramos nos trabalhos de: Abreu (2007, p. 100-101) e Moreno (2007, p. 42), a informação de que Lysímaco Ferreira da Costa realizou uma viagem a São Paulo para trazer ao Paraná um técnico da educação apto para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino. Entretanto, o estudo de Padiál (2008, p. 38 e 39), não indica tal viagem, apenas menciona que Munhoz da Rocha teria enviado uma solicitação ao governo paulista, para que fosse enviado um técnico de educação daquele estado ao Paraná.

Depois de muitos nomes sugeridos, porém infrutíferos, a pessoa escolhida foi o então, diretor da Escola Normal de Pirassununga, César Pietro Martinez, que igualmente esteve envolvido com o ensino no estado de São Paulo,

tive a honra de ser escolhido entre inúmeros professores do meu Estado para desempenhar neste rico e próspero Paraná o cargo, em comissão, de Inspector Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente. (PARANÁ, 1920, p. 3)

Pietro Martinez teria a incumbência de remodelar o aparelho escolar paranaense empreendendo, portanto, reformas de ordem educativa, ancorado por sua experiência educacional anterior.

A vinda de Martinez ao Paraná estava envolta em expectativas, receios e, críticas por parte daqueles que se mostravam contrários a adequar o ensino paranaense aos moldes da organização paulista. Dessa maneira, a presença do Professor Martinez em solo paranaense foi:

marcada por questionamentos e oposição à sua ação por parte da imprensa paranaense. As críticas incidiam, em parte, sobre as medidas que pôs em prática nas escolas paranaenses [...] Além disso, muitos paranaenses não aprovavam a vinda de um técnico de outro estado para reorganizar o ensino no Paraná, por acreditar que existiam paranaenses competentes e capazes de realizar a tarefa, sem a necessidade de trazer alguém de fora para isso. (ABREU 2007, p.100)

No entanto, César Pietro Martinez esteve à frente da instrução pública paranaense de 1920 a 1924. Na reforma empreendida pudemos notar que o Inspetor se mostrava contrário a obrigatoriedade do ensino primário, “não é crível que ainda haja em nossos dias quem acredite em obrigatoriedade do ensino como medida salvadora.” (PARANÁ, 1920, p.7)

Ao chegar ao estado Martinez, deparou-se com a precariedade do ensino público paranaense, em seu trabalho tentou tornar eficiente o aparelho educacional, com a ampliação da rede de ensino existente e, reformulação da instrução primária e normal.

Quanto à instrução primária, na época, foi importante ensinar aos alunos preceitos morais e, segundo Miguel (1997, p. 48), o alvo também foi “dar aos alunos o mínimo de conhecimentos úteis, além de ensiná-los a ler e escrever”.

No caso do ensino normal, na época era importante formar o professor capaz de transmitir aos alunos conhecimentos de utilidade para o convívio social,

ensiná-los hábitos de higiene, moral e civismo e, era desejável que o profissional docente estivesse imbuído de retidão e boa conduta. Para Moreno (2007, p. 48), nesse período havia “[...] a exigência de competência pedagógica, ritmo de trabalho, regularidade, retidão moral e espírito de sacerdócio patriótico, qualidades que definirão as novas representações sobre o professor primário”.

Encontramos nas fontes estudadas a menção da importância do professor abnegado na tentativa de organizar um projeto renovador no território paranaense:

sem um professorado constituído de verdadeiros caracteres, de abnegados sacerdotes, de patriotas sinceros - é inútil qualquer tentativa. [...] ao valor intelectual; antes, devem constituir a guarda avançada, os que têm caráter, os que não são venais, os que não prevaricam e não se curvam, senão diante da verdade. (CEPN, t. 12)

Para implementar as mudanças educacionais necessárias, segundo a visão dos reformadores paranaenses, buscou-se conter gastos promovendo-se avanços no processo, conforme a disponibilidade de recursos públicos.

O trabalho de César Pietro Martinez foi bastante ativo com visitas a várias localidades do estado para conhecer a realidade educacional que se circunscrevia,

Antes de tomar qualquer medida com relação á reforma, tratei de conhecer o que existia e depois de me orientar com segurança, no que fui muito coadjuvado por V. Ex., assentei a directriz que devia servir de ponto de partida para atingir os fins desejados. Tive sempre em mira atacar os pontos que mais prompta solução exigiam. (PARANÁ, 1920, p.5)

Com esses propósitos, o inspetor: observava, opinava e indicava melhores caminhos aos professores para a educação moderna, da qual Martinez era adepto. Este Inspetor acreditava que um estado democrático deveria fornecer o ensino para toda a população independentemente de sua condição social, pois o progresso dependia da educação aos olhos da elite esclarecida, da qual ele fazia parte.

Com os thezouros naturaes que possuímos podemos, entretanto, levar o ensino a toda parte. Os beneficios auferidos por essa medida são incalculaveis. De pobres que ainda somos chegaremos a ricos porque cada cidadão alfabetizado produzirá muito mais e então os thezouros de que dispomos serão realmente nossos. (PARANÁ, 1920, p. 4)

Para Pietro Martinez, a instrução pública estava atrelada ao desenvolvimento econômico. Por isso esse reformador defendia e justificava a aplicação de investimentos públicos para o combate ao analfabetismo.

No princípio de seus trabalhos Martinez organizou palestras pedagógicas na cidade de Curitiba, destinadas a professores e diretores de escolas para a determinação de novos métodos de ensino. No interior do estado foram realizadas palestras com caráter técnico e administrativo, também foram convidados diretores de grupos para acompanharem métodos e processos em escolas da capital, a fim de se superar a diversidade de configurações na instrução praticada.

Outra intenção clara do reformador era uma unificação metodológica do ensino, ao mesmo tempo em que se distribuíram livros didáticos para as escolas, com o intuito de se garantir uma padronização educativa no estado paranaense. A distribuição de livros didáticos teve a seguinte configuração:

Cartilha Analítico-Sintética de M. de Oliveira, para os grupos da capital; “Ensino Rápido”, do mesmo autor, para as escolas isoladas e grupos do interior; “Páginas Infantis”, do mesmo autor para complemento do aprendizado da leitura; “Nossa Pátria”, do ilustre historiador paranaense Rocha Pombo, para o 3º e 4º ano. Os outros livros adotados são os seguintes: “Corações de crianças” de Rita de Macedo; 1º 2º e 3º de Kopke; “Nossa Terra” de Júlia Lopes; “Porque me ufano do meu país” de Affonso Celso e “Saudade” de Thales de Andrade. (PARANÁ, 1920, p. 13)

Além dos livros didáticos, as escolas teriam que ser equipadas com mobiliário adequado e adoção de uniforme escolar para os alunos. Até mesmo o horário escolar sofreu alterações e estabeleceu-se das 12h às 16h30min; ou, para maior comodidade das crianças, se fosse o caso em determinadas escolas, das 8h às 12h.

Entre outras ações do mandato do Inspetor César Pietro Martinez, também foi pontual a realização de inspeções. Para tanto houve o controle e supervisão dos estabelecimentos de ensino, para que se assegurasse o cumprimento dos programas, conforme relatório apresentado ao secretário geral do estado.

A inspeção do ensino tem de ser forçosamente o *pivot* em torno do qual o aparelho escolar se moverá, a fim de concentrar as suas energias. [...] Nossa atenção, pois, voltasse para esse importante serviço e esperamos fazer dele a estaca em que apolaremos toda a nossa confiança no futuro do atual aparelho escolar. (PARANÁ, 1920, p.10-11)

No período houve também, o fechamento das escolas estrangeiras que não atendessem ao regulamento estadual de ensino, configurando-se numa “atitude nacionalizante” do movimento reformador da educação.

A preocupação das elites com a questão do controle social e da afirmação da nacionalidade brasileira, teve como consequência a desconfiança dos imigrantes que se consideravam ameaçados pelo simples fato de ser cada um deles um "diferente", trazendo o "perigo" suplementar das ideologias revolucionárias. Era preciso, portanto, abrigar a todos, homogeneizar a nação. Com esta idéia, as escolas estrangeiras que não ensinavam por meio da língua portuguesa, foram obrigadas a encerrar suas atividades, pelo Governo Brasileiro. (NASCIMENTO, 2004, p. 5)

Além do fechamento de escolas estrangeiras, ato que teve sequência na gestão subsequente da inspetoria de ensino, outra ação impetrada por Martinez, auxiliado por Lysímaco Ferreira da Costa, foi a de desmembrar a Escola Normal do Ginásio Paranaense, surgindo a partir daí o marco inicial das mudanças incididas sobre a Escola Normal.

Uma das primeiras medidas postas em prática logo após o início da minha gestão, foi a separação do curso da Escola Normal do Ginásio.

[...] Foram estendidas ao 3º e 4º ano varias matérias, tendo-se me vista melhorar, o quanto possível, o preparo dos futuros professores.

O programa de Pedagogia passou, a título de experiência, por uma completa reforma e compreende:

- a) Antropologia, Pedagógica, no 2º ano;
- a) Psicologia infantil aplicada á educação, no 3º ano;
- c) Metodologia Geral e História da Pedagogia, no 4º ano.

No segundo ano são ministrados todos os conhecimentos capazes de fazer conhecer ao professor a natureza infantil e os característicos somáticos segundo os quais, o educando é reconhecido e classificado para receber do preceptor os cuidados pela sua natureza. No terceiro ano a Psicologia completa o estudo e fornece ao educador todos os dados de que necessita para encaminhar o seu trabalho, visando a formação física, intelectual e moral dos alunos, o verdadeiro programa da educação. No quarto ano a metodologia aplicada mostra como se deve ensinar cada matéria, em todas as classes, desde os casos gerais aos particulares. (PARANÁ, 1920, p. 16)

No relatório de 1920, que foi assinado em 1921 por Pietro Martinez e, apresentado ao secretário geral de estado⁹, o inspetor afirma que separou-se a Escola Normal do Colégio Paranaense, muito embora fossem mantidos os docentes trabalhando nos dois estabelecimentos de ensino e o funcionamento da Escola Normal continuava provisoriamente, no mesmo local. Porém previa-se, na ocasião, a

⁹ Conforme Padial (2008, p. 145), “Era comum, nesse período, a apresentação de relatórios das autoridades de ensino para o governador e para o secretário geral de estado em exercício.”

construção do novo edifício para abrigar a Escola Normal, o que veio a ocorrer em 1922.

No relatório mencionado, foi sugerido ao secretário estadual da época, Marins Alves de Camargo, a abertura de mais duas Escolas Normais, uma delas na cidade de Ponta Grossa e outra no litoral, em Paranaguá.

Ainda na gestão de Martinez, modificou-se e criou-se um grupo escolar anexo a Escola Normal e mais duas escolas isoladas que auxiliariam na prática dos futuros professores, seguindo os contornos do modelo pauista. Houve também a reformulação do currículo do Curso Intermediário. No entanto, a reforma educacional do Paraná é constantemente atribuída ao considerado “arrojado” Lysímaco Ferreira da Costa.

A presença de Lysímaco Ferreira da Costa em diversos espaços da administração pública é uma constante na década de 1920. Talvez por isso a reforma do ensino no Paraná seja freqüentemente referida como empreendida por Lysimaco Ferreira da Costa. Na verdade, o professor Lysimaco Ferreira da Costa foi autor da reforma implementada na Escola Normal, a partir de 1923. A pouca referência a Martinez como autor da reforma da educação paranaense também foi provocada pela ausência de uma lei ou regulamento que as enfeixasse, dando-lhes um caráter orgânico. Apenas a Reforma da Escola Normal empreendida por Lysimaco Ferreira da Costa foi regulamentada e reconhecida oficialmente pelo governo. (ABREU, 2007, p. 102)

Em 1923 Lysímaco Ferreira da Costa, foi autor do trabalho – Bases Educativas para Organização da Nova Escola Normal. Conforme Miguel (2008, p. 15), nesse texto de Lysímaco estava “implícita a concepção de educação como o molde do caráter do povo fundamentado na tríplice base: higiênica, cívica e moral”.

Nesse seu trabalho, Lysímaco postulou que a formação no magistério deveria ter suporte de áreas científicas como a Pedagogia e Psicologia da Educação, dando atenção ao aspecto profissional e intelectual, observando o currículo, bem como a metodologia utilizada. Seu trabalho serviu de base para a reformulação da Escola Normal em Curitiba notadamente, seu maior empreendimento na época.

Ferreira da Costa sucedeu a César Pietro Martinez no cargo de Inspetor Geral do Ensino do Paraná, de 1925 até 1928, quando assumiu a cátedra de Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Estado.

Durante a gestão frente à inspetoria, o professor Lysímaco Ferreira da Costa empenhou-se principalmente nas reformas da Escola Normal e na formação de

professores. Para Miguel (2008, p. 13), “A reforma do curso de professores efetivamente foi realizada pelo seu Diretor, Professor Lysímaco Ferreira da Costa, redator das Bases Educativas da Escola Normal.”

Lysímaco Ferreira da Costa teve a oportunidade de perceber e analisar a crescente feminilização do magistério, pois vários motivos, um deles seria devido ao fato de que,

depois da fundação da Universidade, raro é o homem professor que não transforma o sacerdócio do ensino primário que o Estado lhe confiou em degrau de escada para os cursos superiores, com grave prejuízo para a educação do povo (COSTA, 1995, p. 130).

Por conta dos baixos salários, pela crise do pós-guerra, a crescente urbanização e industrialização, muitos homens abandonaram a profissão docente, prejudicando o funcionamento das escolas primárias, para suprimir essa demanda por professores, incentivou-se a formação e participação das mulheres na docência, assim o magistério passa a ser visto como um dom feminino, associado a maternidade, a docilidade, como uma missão feminina. Segundo Moreno, a normalista será:

[...] por uma formação moral-cívico-patriótica exacerbada, apontada pelos discursos e, talvez, até por sua origem social, a nova normalista formada nos ideais da reforma será profissional bem vista e modelo para os grupos escolares. (MORENO, 2007, p. 47)

Impulsionou-se, nessa passagem, o imaginário de que as mulheres preenchem atributos compatíveis para o exercício docente.

Ficou evidente que Ferreira da Costa conferia grande importância à formação feminina no magistério. Ele também propôs e executou o cancelamento do concurso para contratação de professores, com o intuito de atrair profissionais que mostravam disponibilidade de adequação aos novos métodos e perfil docente que a reforma educacional pretendia ajustar, segundo Miguel (2008, p. 15), “a qualidade fundamental do professor era a obediência ao Estado e esta qualidade estava presente nas jovens normalistas. Por isso o concurso não se fazia necessário”.

O trabalho de Lysímaco Ferreira da Costa destacou-se enormemente na causa educacional. Ele mostrava-se participativo, requisitado e muito elogiado por sua elocução e inteligência, acumulando desse modo, muitas funções. A imprensa o

criticava, na época, por sua postura empreendedora e o apelidou de “o homem dos sete instrumentos”.

O professor Lysímaco, como intelectual muito influente, acreditava que tocaria à escola, através de um professor preparado, educar as novas gerações. Além disso, ele também participou das discussões da área educativa no âmbito nacional e como um catedrático atuante, ora inspetor geral da instrução pública paranaense, esteve concentradamente envolvido em reformas que visavam a formação do docente.

Dessa maneira no Paraná, além da construção do novo prédio da Escola Normal de Curitiba, de conformidade com Correia (2013, p. 253), foram abertas duas novas unidades de educação que contemplavam o ensino normal, uma em Ponta Grossa e outra em Paranaguá.

Pode-se afirmar então que, de 1920 a 1928, ocorreram determinadas intervenções e reformas na educação, inicialmente através de Pietro Martinez e, posteriormente, por Lysímaco Ferreira da Costa, apesar das divergências que ocorriam entre os dois personagens. Conforme Moreno (2007, p. 44), o professor Lysímaco foi quem concretizou mudanças no curso de professores e a ampliação de escolas no Paraná se constitui como o sucesso das reformas no estado empreendidas pelos dois inspetores.

A reforma educacional no Paraná, devido à atuação gestora de Martinez e de Ferreira da Costa, caminhou buscando a promoção da qualidade e modernização no ensino, ampliação da rede escolar, adoção de manuais didáticos, comprometimento com a erradicação do analfabetismo e formação dos professores.

Assim é que a reforma de ensino paranaense se dispôs a formar cidadãos instrumentalizados para interagir com o mundo moderno, neste sentido, imbuídos de uma certa racionalidade, mas ao mesmo tempo engajados em um projeto nacional (MORENO, 2007, p. 53).

As ideias de Martinez e Ferreira da Costa apresentavam positivities e negatividades e seguiram os contornos do que já se discutia nacionalmente, entre os intelectuais¹⁰ – a atribuição salvífica da educação – como *slogan*, para se produzir

¹⁰ Nesta pesquisa utilizamos a definição de intelectual em conformidade com Vieira (2011, p. 2), que conceitua o intelectual a partir de aspectos que o caracterizam e situam como um agente coletivo: “1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezenove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e

profundas transformações sociais e conseqüentemente alavancar o progresso e desenvolvimento.

No próximo capítulo apresentamos a ICNE, abordando a configuração e organização desse importante encontro educacional. No evento debateram-se teses, discutindo-se a debilitada educação brasileira da época e a necessidade da instauração de um projeto civilizatório brasileiro, conduzido pela elite culta que levaria o país ao progresso e desenvolvimento.

2. RENOVAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA EM DEBATE

A I Conferência Nacional de Educação (I CNE) foi um evento educacional promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE)¹¹ e apoiado pelo governo do estado do Paraná, que teve início, em 19 de dezembro de 1927.

Encontrando, porém, apoio franco do governo do Estado do Paraná e muito particularmente do seu diretor de instrução, o professor Lysímaco Costa, nosso ilustre consórcio, resolvemos promover a I Conferência Nacional de Educação em Curitiba, por ocasião das festas comemorativas do 74º aniversário da emancipação política daquele Estado. (I CNE, t. 8)

Portanto, a abertura do evento se ajustou com a comemoração do 74º aniversário da emancipação política do estado do Paraná, outro fato ocorrido na ocasião é que por ter sido amplo o número de teses inscritas para o evento, forçou-se a modificação da data para o término do congresso, que inicialmente seria no dia 24 passou então, para o dia 27 de dezembro.

A sessão de abertura foi presidida por Caetano Munhoz da Rocha, o então presidente do estado do Paraná. Além de diversas autoridades presentes, dada a importância conferida ao evento, ele contou em sua sessão de instalação com a presença de mais de 400 congressistas e inúmeros participantes constituindo uma

modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social.” Para saber mais sobre o termo “intelectuais” consultar também: Martins (1987), Bourdieu (1989), Pecault (1990), Bobbio (1997), Malina, Oliveira e Azevedo (2007), Campos (2010).

¹¹ A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi instituída em 1924, por engenheiros, médicos, advogados, professores, militares que preocupados com a situação que o Brasil se deparava. Estes intelectuais organizaram-se com o intuito de debater questões concernentes com a educação que segundo a sua leitura poderia trazer ao país o desenvolvimento, progresso e modernidade.

frequência incomum para o momento. “Achavam-se também presentes para mais de quatrocentos congressistas, trezentos alunos da Escola Normal Secundária de Curitiba e cerca de duas mil pessoas, apresentando o Teatro Guaíra um aspecto imponente.” (I CNE, ata, 1927).

A escolha da cidade de Curitiba, capital paranaense, para a realização do evento nacional de tal amplitude deu-se principalmente pelo fato de que a elite culta estadual, com orientação religiosa católica, detinha relativa influência junto a ABE e ao governo paranaense. O grande expoente paranaense dentro do fórum foi Lysímaco Ferreira da Costa, esse intelectual desempenhou as atividades de representante do estado do Paraná, redator e organizador do evento.

A primeira edição das CNEs culminou com grande frequência e rematou legítima importância, pois sua organização e constituição comportou o formato de evento nacional, acolhendo o sufrágio de representantes de vários estados das diversas regiões brasileiras. Exatamente por esse motivo contou-se, nessa ocasião, com diversos delegados de vários estados da Federação, conforme exemplifica o quadro abaixo:

DELEGAÇÃO DOS ESTADOS NA I CNE	
Representantes	Estados
Abacílio Reis	Goiás
Altamirano Nunes Pereira	Amazonas
Antonio Moreira de Souza Filho	Ceará
Frederico G. Cartens	Mato Grosso
Jayme Junqueira Ayres	Bahia
João de Oliveira Franco	Piauí
Lourenço Filho	São Paulo
Luis Cesar	Maranhão
Lysímaco Ferreira da Costa	Paraná
Nestor Lima	Rio Grande do Norte
Orestes Guimarães	Santa Catarina
Oswaldo Orico	Pará
Oswaldo Orico	Pernambuco
Paula Achilles e Leoni Kasef	Rio de Janeiro
Pedro Deodato Moraes	Distrito Federal
Raul Bittencourt	Rio Grande do Sul
Renato de Alencar	Alagoas

Ubaldo Ramalhete Maia	Espírito Santo
-----------------------	----------------

QUADRO 3 – DELEGAÇÃO DOS ESTADOS NA I CNE

FONTES: A autora (2014), o quadro foi construído a partir do estudo de uma de nossas fontes, a saber, Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE).

Na sessão preparatória do evento, reuniram-se 300 congressistas no Teatro Guaíra e a direção dos trabalhos foi encabeçada pelo então presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Desembargador Manoel B. Vieira Cavalcanti. Da mesa participaram, além da Comissão Executiva e dos delegados, Alcides Munhoz, Carlos A. Barbosa de Oliveira, Lysímaco Ferreira da Costa, Belisario Penna, Victor Lacombe, Plínio Tourinho, Victor do Amaral.

Na ocasião dividiu-se as teses, a serem discutidas e apreciadas, em 8 Comissões, conforme se segue: Ensino Primário (2), Teses Gerais (3), Ensino Secundário (1), Ensino Superior (1) e Educação Higiênica (1).

Apesar de muitos autores afirmarem que na I CNE foram tratadas 112 teses, pudemos localizar em uma de nossas fontes o relato do Professor Dr. C. A. Barbosa de Oliveira, presidente da I CNE e membro da ABE, onde afirma que se debateu, na ocasião, 113 teses, conforme se segue:

As 113 teses relatadas pelas comissões constituíram um rico manancial de dados, observações, e ideias para os que se interessam pela educação. As discussões suscitadas foram luminosas, e demonstram a superioridade da cultura dos que nelas tomaram parte. Os anais da Conferência darão conta do brilho extraordinário dos estudos e trabalhos feitos nesse certâmen, que abriu uma nova era, promissora de magníficos frutos, para conseguir a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado! (DIÁRIO OFFICIAL, 04/02/1928, p. 40)

Partindo então, dessa constatação, abaixo o Quadro 4, mostra as teses encontradas na pesquisa que foram explanadas na I CNE:

TESES APRESENTADAS NA I CNE¹²			
Tese nº.	Nome do (a) autor (a)	Título	Tema
1	Belisario Penna	Porque se impõe a primazia da educação higiênica escolar	Educação higiênica
2	Antonio Tupy Pinheiro	Ensino da Leitura Inicial pelo método de palavras geradoras	Alfabetização (pelas palavras geradoras)
3	Isaura Sydney	O Brasil carece da difusão do ensino	Ensino da

¹² A sequência numérica utilizada para a confecção deste quadro obedece, em conformidade com a fonte estudada, a ordem de apresentação no evento educacional – I Conferência Nacional de Educação (Curitiba - 1927).

	Gasparini	popular da Geografia	Geografia
4	Renato de Alencar	Antagonias da Didática na unilateralidade do ensino	Educação rural e urbana
5	Lindolpho Xavier	Necessidades da Pedagogia Moderna	Pedagogia moderna
6	Maria Luiza Camargo de Azevedo	Divertimentos infantis	Educação primária
7* ¹³ 8	João Macedo Filho Relatórios das Seções	Comissão de Ensino Superior A atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927	Relatório de atividades
9	Laura Jacobina Lacombe	Comunicação sobre o Bureau International D'Education	Bureau International D'Education
10 11	João Arruda Rachel Prado	Liga para instrução popular A educação no futuro	Educação popular Educação escolar
12*	Lúcia Miguel Pereira	A instrução da academia feminina	
13	Lúcia Magalhães	Seleção e estalonagem das classes infantis pela psicometria e pela fisiometria	Testes infantis de QI
14*	(o nome do autor não foi mencionado)	Código de moral da Escola Prudente de Morais	
15 16*	Nicephoro Modesto Falarz Roquete-Pinto	Organização dos museus escolares: sua importância Rádio educação no Brasil	Museus escolares
17	Fernando Nereu de Sampaio	Pela educação estética	Educação estética
18*	Deodato de Moraes	A higiene pelo hábito	
19*	Heitor B. de Macedo	A higiene na escola	
20*			
21	Alice de Toledo Tibiriçá	Educação da criança em relação à assistência aos lázaros e defesa contra a lepra	Educação primária
22	João Brasil Silvado Junior	O ensino das línguas modernas	Ensino de línguas modernas
23	América Xavier Monteiro de Barros	O cinematógrafo escolar	Cinema na educação
24	Laura Jacobina Lacombe	A educação e a Paz	Educação e paz
25	Decio Lyra da Silva	O teatro e sua influência na educação	Teatro na educação
26	Nicolau Meira de Angelis	Normas didáticas a que se deve obedecer no ensino do Português aos filhos de colonos estrangeiros	Ensino de português
27	Amélia de Rezende Martins	Uma palavra de atualidade	Educação moral
28	Segismundo Antunes Netto	Há necessidade de se tornar obrigatório o ensino primário elementar no território paranaense?	Ensino primário
29	Acrisio Carvalho de Oliveira	Alfabetização e nacionalização do colono no Brasil	Alfabetização
30	Joaquim Meneleu de Almeida Torrez	Qual o processo mais eficaz para o ensino da Aritmética no primeiro ano do ensino preliminar?	Ensino da aritmética
31	Ambrosio Torres	Metodologia do ensino da Educação Física	Educação física
32	Maria Luiza Burtz	O ensino nas escolas freqüentadas por filhos de colonos estrangeiros	Ensino primário

¹³ As marcações com (*) no quadro, indicam que as respectivas teses, não foram encontradas, apenas os seus Pareceres. Entretanto, existe exceção com relação às teses nº 20, nº 106 e nº 113, das quais não foi localizado nenhum registro em nossa fonte de consulta.

33	Maria dos Anjos Bittencourt	O ensino obrigatório e o civismo nas escolas	Ensino primário
34	Deodato de Moraes	Rumo ao campo...	Ensino primário
35	Helvécio de Andrade	Uniformização do ensino primário	Ensino primário
36	Esther Franco Ferreira da Costa	O método de projetos	Ensino primário
37	Roberto Emílio Mongruel	Disciplina escolar	Disciplina escolar
38	Myrian de Sousa	A uniformização dos programas em seus pontos gerais, contribuindo para a unificação nacional e alfabetização do país	Alfabetização e unidade nacional
39	Guilherme Butler	Como ensinar a língua vernácula aos filhos de pais estrangeiros nas escolas primárias	Ensino primário
40	Zelia Jaci de Oliveira Braune	A uniformização do ensino primário em suas ideias capitais, mantida a liberdade de programas	Ensino primário
41	Jayme Junqueira Ayres	Situação do ensino primário na Bahia	Ensino primário
42	M. Bergström Lourenço Filho	A uniformização do ensino primário no Brasil	Ensino primário
43	Fernando Luis Osório	Sobre a unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral	Unidade nacional
44	Isabel Jacobina Lacombe	A unidade nacional: pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral	Unidade nacional
45	Ferdinando Laboriau	Sobre um Ministério da Educação Nacional	Org. educacional
46	Victor Lacombe e Americo L. Jacobina Lacombe	O escotismo e a unidade nacional	Unidade nacional
47	Amarylio R. de Oliveira	O escoteirismo na educação	Educação moral e cívica
48	Altamirano Nunes Pereira	O que se poderá esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil	Educação moral e cívica
49	Raul Gomes	Missões escolares	Missões escolares
50	Sara Machado Busse	Considerações sobre o ensino	Pedagogia moderna
51	Delia Rugai	A literatura e a escola primária	Ensino primário
52	Nestor dos Santos Lima	Unidade nacional pela cultura pedagógica – a unificação do magistério nacional	Magistério
53	Fernando de Magalhães	Para lutar contra o analfabetismo: o serviço pedagógico obrigatório, dever cívico feminino decorrente do direito de voto às mulheres	Alfabetização
54	Manoel Pedro de Macedo	A unidade nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura moral	Unidade nacional
55	Algacyr Munhoz Mädler	O conceito do número	Ensino de matemática
56	Octavio Rodrigues Lima	Crise de educação na classe médica	Crise da classe médica
57	M. Amoroso Costa	As universidades e a pesquisa científica	Pesquisa científica
58	João Candido Ferreira Filho	Ensino agrícola nas escolas primárias rurais	Ensino primário
59	Sebastião Paraná	Instrução primária e profissional	Ensino primário e profissional
60	Indicação da Faculdade de Engenharia do Paraná	Do desdobramento do curso de engenharia civil	Engenharia
61	Indicação da Congregação da	Da necessidade de tornar mais prático o ensino de engenharia no Brasil	Engenharia

	Faculdade de Engenharia do Paraná		
62	Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná	Regulamentação da profissão de engenheiro no Brasil	Engenharia
63	Orestes Guimarães	O ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias e complementares	Ensino primário e complementar
64	J. P. Porto-Carrero	O caráter do escolar segundo a psicanálise	Psicanálise e educação
65	Deodato de Moraes	A Psicanálise na educação	Psicanálise e educação
66	Renato Jardim	O ensino da geografia – necessidade de uma reforma de programas e métodos	Ensino da geografia
67	José Pereira de Macedo	O problema do ensino pelo estímulo do título eleitoral dignificado	Educação secundária
68	Nestor Lima	O celibato pedagógico feminino	Celibato
69	Roberto de Almeida Cunha	A unidade nacional pela cultura moral: a educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância	Educação religiosa
70	Maria Luisa da Motta Cunha Freire	Sobre a necessidade de prestar atenção, na escola, à educação do caráter, assim como ao cultivo da personalidade da criança	Educação moral
71	Ferreira da Rosa	A imprensa e educação	Educação e imprensa
72	J. A. de Mattos Pimenta	A educação moral dos escolares com base no sentimento	Educação moral
73	Lucia V. Dechandt	Formação do caráter do povo brasileiro	Educação moral
74	Celina Padilha	Sobre a educação sexual	Educação sexual
75	Renato Kehl	O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ela ser ministrada	Educação sexual
76*	Luis A. Santos Lima	Educação sexual	
77*			
78	Nicolau Meira de Angelis	Pela perfeição da raça brasileira	Educação higiênica
79	Armanda Alvaro Alberto	A Escola Regional de Meriti – uma tentativa de escola moderna	Escola moderna
80	João Maurício Muniz de Aragão	Assistência médica à infância escolar – cadernetas sanitárias	Assistência médica
81	Leonel Gonzaga	Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias	Assistência médica
82	Alvaro Guimarães Filho	Educação e higiene mental	Educação higiênica
83	Carlos Mafra Pedroso	Contribuição para a profilaxia do impaludismo no meio escolar	Educação higiênica
84	Eurico Branco Ribeiro	A higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo	Educação higiênica e sanitária
85	C. A. Barbosa de Oliveira	A criação de escolas normais superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico	Escolas normais superiores
86	Antonio V. C. Cavalcanti Albuquerque	A unidade da pátria pela cultura moral	Unidade nacional e moral
87	Nelson Mendes	O ensino da moral e do civismo	Educação moral e

			civismo
88	Antonia Ribeiro de Castro Lopes	A criação de escolas normais superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico.	Escolas normais superiores
89	Palmyra Bompeixe de Mello	A educação moral na escola primária	Educação moral
90	Annette C. P. Macedo	A moral na Escola Primária	Educação moral
91	Paulo Ottoni de Castro Maya	Educação Política	Educação política
92	Francisco Venâncio Filho	A física no curso secundário	Ensino secundário
93	Branca de Almeida Fialho	Contribuição para o estudo da organização do ensino secundário	Ensino secundário
94	Henrique Marques Lisboa	O ensino de história natural	Ensino de história natural
95	Raul Gomes	A conscrição escolar	Matriculas escolares
96	Antonio V. C. Cavalcanti Albuquerque	Considerações preliminares à uniformização do ensino primário no Brasil	Ensino primário
97	Gustavo Lessa	Pela escola primária	Ensino primário
98	Alfredo Parodi	A difusão do ensino primário no Brasil	Ensino primário
99	Deodato de Moraes	A escola e a família	Escola e família
100	Deodato de Moraes	A Escola Nova	Escola nova
101	Belisario Penna	Política agrossanitária coloniz. e educ.	Educação higiênica
102	Belisario Penna	Qual o melhor processo para a educação da memória?	Educação da memória
103	Mario Pinto Serva	A união e a educação nacional	Alfabetização
104*	Hermes Lima	A cultura como fator da unidade nacional	
105*	Fernando Magalhães	A organização dos quadros nacionais	
106*			
107	W. Muniz	Como combater o analfabetismo no Brasil	Alfabetização
108*	Francisco José Dutra	Tese sobre a educação física	
109*	Octacília H. de Oliveira	Não foi mencionado o título no Parecer desta tese	
110*	Sebastião C. Jordão	Unidade nacional pela instrução cívica	
111*	Renato Kehl		
112	Raul Bittencourt	Da necessidade da educação moral no ensino secundário superior	Educação moral
113*			

QUADRO 4 – TESES APRESENTADAS NA I CNE

FONTE: A autora - quadro construído durante vigência da bolsa de INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBQ/CNPQ) agosto/2012 a julho/2013, a partir da fonte, a saber, Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE).

Apesar da diversidade temática na I CNE, os temas convergiam em assuntos relacionados com a educação, conforme explana, o Quadro 5:

TEMAS DIVERSIFICADOS NAS TESES DA I CNE								
Diversos	Ensino primário	Educ. moral e cívica	Alfabetização	Educação higiênica	Unidade nacional	Educação secundária	Educação superior	Teses não encontradas
45	19	10	6	4	5	3	4	17

QUADRO 5 – TEMAS DIVERSOS NAS TESES DA I CNE

FONTE: A autora (2013) – quadro construído durante vigência da bolsa de INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBQ/ CNPQ) agosto/2012 a julho/2013, a partir do estudo da fonte, a saber, Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE).

Em seu relatório vinculado no Diário da União, C. A. Barbosa de Oliveira, fala sobre as teses oficiais que foram expostas no encontro:

As teses oficiais da Conferência versavam sobre:

1ª – A Unidade Nacional: a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral.

2ª – A universalização do ensino primário, nas suas ideias capitais, mantida a liberdade dos programas.

3ª – A criação das escolas normais superiores em diferentes pontos do país para preparo pedagógico.

4ª – A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (DIÁRIO OFFICIAL, 04/02/1928, p. 40)

Diante da diversidade temática, com o intuito de nortear as questões debatidas pelos congressistas, as teses oficiais, oriundas da própria diretoria da ABE, cumpriram o papel de orientadoras nos debates. Abaixo, como exemplos dessa estratégia em prol da organização temática, mencionamos:

- Deodato de Moraes – apresentou as teses nº 18, 34, 65 e 99;
- C. A. de Barbosa Oliveira – apresentou a tese nº 85;
- Fernando Magalhães – apresentou as teses nº 53 e 105;
- Belisario Penna – apresentou as teses nº 1, 101 e 102.

Uma constatação recorrente da pesquisa sobre a I CNE foi o fato de que alguns congressistas defenderam mais de uma tese no encontro educacional de caráter nacional, mostrando o quão empenhado se encontrava a elite culta, diante do gigantismo da causa educacional da época.

Observamos neste nosso estudo, que entre as noventa e seis (96) teses localizadas e entre os 14 pareceres das teses que não foram localizadas, aproximadamente, trinta e seis (36) teses foram proferidas por pessoas ligadas a educação paranaense ou que demonstravam afinidade com a mesma.

Sintonizados com o debate nacional, os intelectuais paranaenses, por sua vez, defenderam a ideia de que o povo carecia de formação intelectual, prática e utilitária, na qual o conhecimento adquirido via educação contribuiria para a atuação social do futuro cidadão e da futura cidadã rumo ao progresso e desenvolvimento da nação. (SOUZA, 2012, p. 26)

O pensamento único dos intelectuais em prol da campanha educacional produziu e firmou um discurso que floresceu nas teses – o da modernidade. Assim, projetos diferenciados de modernidade¹⁴ se inseriram na I CNE, porém convergia na causa educacional, preocupação principal dos protagonistas do fórum educacional.

Para que o projeto da modernidade pudesse desabrochar em nosso território, deveriam ser sanados os vícios da população brasileira. A I CNE onde congregavam constituiu-se, então, no ambiente perfeito para lançar o discurso educacional que teve em seu interior, ideias progressistas e métodos pedagógicos que viessem a combater tudo que estivesse ligado ao atraso, ao velho, ao negativo e atravancasse o progresso nacional.

Os protagonistas sentiam que seria através de seus esforços e a iniciativa de congregar expoentes da cultura brasileira, para deliberarem assuntos concernentes à educação é que haveria a possibilidade de iniciar um processo sem precedentes de mobilização nacional.

Bona Júnior e Vieira (2007, p. 14-15), afirmam que se buscou com os eventos educacionais valorizar a elite culta comprometida nas reformas evidenciar a atuação do Estado; promover a aceitação de docentes, pais e alunos das reformas aspiradas e asseverar o discurso da modernidade que integrava os investimentos em educação com o desenvolvimento social.

Pudemos verificar que a I CNE permitiu: projetar os intelectuais como agentes capazes de arquitetar e administrar a causa educacional; dar destaque ao professor como artesão na tarefa de educar para a construção do Brasil moderno e pujante; instituir a escola como instrumento capital no agenciamento das modificações educacionais esperadas e a criança como figura representativa do novo.

A seguir, em nosso trabalho, ponderamos sobre o que foi a Associação Brasileira de Educação (ABE), importante espaço onde a elite culta reunia-se para discutir problemas sociais, econômicos e culturais existentes no Brasil. Analisamos também, o que pretendiam seus membros e como se deu sua organização.

¹⁴ A respeito da “modernidade” consultar: Berman (1986), Le Goff (1990; 1997), Pinto, Leal e Pimentel (1996), Vieira (2004), Galter e Favoreto (2006), Bona Júnior e Vieira (2007), Lima e Lima (2010), Correia (2013), Hoeller (2013), Silva (2013), que demonstram, apesar das diferenças temáticas que configuraram e delimitam seus estudos, a inclusão em seus trabalhos de discussões sobre o assunto.

2.1. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

A Associação Brasileira de Educação (ABE), que comemora seus 90 anos de fundação, foi constituída no dia 16 de outubro de 1924, com sede no Distrito Federal, que na época estava localizado no Rio de Janeiro, sua instituição foi decorrente da reunião de engenheiros, professores, normalistas, jornalistas, médicos, advogados.

Os membros, que lá se reuniam, debatiam sobre as políticas educacionais praticadas nos estados e desde então, viam a necessidade de se criar uma uniformidade para a educação brasileira. Desse modo, o grupo de intelectuais preocupados com o cenário moral, social e cultural em que a nação se encontrava, deu origem a um movimento de renovação educativa e criação de um projeto para elaboração de uma política nacional para a educação.

Instituições como a ABE são instâncias de produção de propostas de intervenção social que produzem os objetos da intervenção e suas técnicas. Este tipo de produção discursiva constitui como realidade social incontestável tanto os *objetos* de intervenção política – que se propõe como “ignorância”, “vício”, “doença”, “amorfia” etc. – quanto, principalmente, seus *agentes*, que prescrevem o recurso “técnico” da intervenção. (CARVALHO, 1998, p. 38)

A frente dos trabalhos, quando da criação, esteve Heytor Lyra da Silva. Nos três primeiros anos de criação a ABE se restringiu ao trabalho organizacional interno. A partir de 1927, a entidade descortinou-se e passa a ter maior perceptibilidade com a realização de encontros de abrangência nacional, as chamadas Conferências Nacionais de Educação (CNEs).

No total foram realizadas treze CNEs entre os anos de 1927 e 1967, sendo a primeira realizada em Curitiba e a última no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a I CNE representou o início de uma seqüência de eventos nacionais que delinearam um projeto de intervenção social e cultural de grande magnitude. (VIEIRA, 2011, p. 11)

Esses encontros de educação, promovidos pela ABE ocorreram ao longo de quarenta anos, em diferentes capitais dos estados brasileiros, que esboçaram um projeto de interferência social e cultural; e, que desempenharia o papel de dar uma

noção para a sociedade da importância e implicação da causa educacional como um todo, repercutindo no progresso da nação.

Segundo Vieira e Marach (2007, p. 270), entre os intelectuais a ideologia que se configurava na época advinha de uma vertente “[...] iluminista, produziram idéias e práticas apoiadas na crença acerca da virtuosidade da razão, da operabilidade da ciência, do papel civilizador da escola e do processo como fim inexorável da civilização”.

Nas CNEs além de disseminar ideais cívicos, morais e higiênicos buscava-se nesse espaço a elaboração e execução de um projeto educacional para, em conformidade com Carvalho (1998, p. 309) “a garantia da unidade nacional”, assim também queriam os membros da ABE conduzir e organizar um amplo movimento de opinião pública voltada para o debate das questões educacionais.

a ABE pretendia fazer da educação institucionalizada a principal transmissora dos valores prevalentes da época quais sejam a higiene, a moral e o patriotismo. Os agentes educativos dessa associação também estabeleciam em seus textos e palestras propostas concretas para a mudança da sociedade, tais como regras de conduta moral, e atitudes do patriotismo como base para a formação da nacionalidade brasileira. (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012, p. 66)

Para a elite culta era inadmissível o alto índice de analfabetos entre a população brasileira, inserida em um país com imensa riqueza natural.

É encarado com interesse, em nosso país, o problema da alfabetização. Como causa principal da nossa carência cívica e conseqüente falta de progresso (o que não existe), dizem: o Brasil é um país de 80% de analfabetos. Deixemos de programas complexos e façamos surgir, como por encanto, milhares de escolas nas cidades, nas vilas, nos povoados e nos sertões. Distribuam-se livros, papel e tinta, o tanto necessário para maior grandeza da Pátria. (I CNE, t. 2, p. 34)

Os intelectuais se mostravam preocupados com o grave problema do analfabetismo, ao mesmo tempo em que reconheciam como sendo o governo o principal agente com capacidade para conduzir e ministrar políticas públicas que sobreviriam a sanar o problema nacional de gigante magnitude.

Na I CNE (1927), o congressista Alfredo Parodi do Colégio Iguaçu – Curitiba/PR em sua tese defende a mesma ideia,

Cumpra ao governo, promover, sem perda de tempo, a melhor sorte das massas principalmente sertanejas, assimilando-as aos verdadeiros progressos da civilização, de conformidade com as novas tendências da educação, para integrá-las definitivamente nas funções da vida laboriosa e evolutiva do organismo nacional. (I CNE, t. 98)

Desse modo, o discurso dos intelectuais que se construiu, firmou-se a crença no papel do Estado como o agente político e administrativo com capacidade causar, em nível nacional, a reforma intelectual e moral da população brasileira, pretendida pela associação.

Todo esse movimento defendia a educação como caminho fundamental para o progresso, mas a educação a partir de pressupostos científicos e racionais, voltada para a formação do homem prático capaz de se adaptar às transformações que vinham ocorrendo, principalmente no mundo do trabalho. (AMORIM, 2002, p. 9)

Elevar culturalmente o povo, segundo a leitura dos intelectuais engajados na causa, era imperativo e prioritário, pois o Brasil iria confrontar-se em um curto espaço de tempo com inúmeros desafios relativos às mudanças irreversíveis que ocorriam com o advento da industrialização e do emprego de modernas tecnologias que se configuravam nas nações mais desenvolvidas. Para a Faculdade de Engenharia do Paraná “criar este estado de coisa é aproximar o Brasil das grandes nações nas quais o desenvolvimento industrial tem sido avantajado, pela aplicação, em vários ramos de atividades.” (I CNE, t. 60)

A falta de instrução da população repercutiria, mais adiante, em especial na sociedade com a falta de pessoal capacitado para atendimento ao processo fabril. Assim, para que se evitassem futuras dificuldades de ordem social e econômica, era desejável que a população ao menos fosse alfabetizada, para tanto surgiram iniciativas de construção de uma política nacional de educação para que se suprissem demandas.

Para a elite intelectual, a transformação da população brasileira deveria corrigir, conforme Martins (1987, p. 8), a “‘natureza indolente’ do povo”, seguindo moldes de virtude oriundos de outros países em especial dos EUA.

A tese apresentada por Sara Machado Busse na I CNE, ilustra essa questão:

Em vez de andarmos a temer os norte-americanos, o senso sadio nos aconselharia que cada vez mais nós nos aproximássemos desse grande

povo e mesmo o imitássemos, sem nenhum desdouro para nós. Assim alcançaríamos mais rapidamente a meta dos nossos altos destinos. (I CNE, t. 50, p. 303)

Caso o exemplo dos EUA e alguns países europeus fossem adotados como modelo, o povo poderia então sair da condição de apatia e atraso cumprindo a meta de seu alto destino, através da educação, via escolarização, conforme leitura da elite culta.

De acordo com Bona Júnior e Vieira (2007, p. 23), “Neste cenário, a falta de instrução do povo foi apontada como uma das causas do descompasso do país em relação ao conserto das nações modernas.”

Dessa forma, os países que poderiam servir de exemplo para o empreendimento, já haviam concluído reformas educacionais e desfrutavam de prosperidade cultural e econômica, advindas das reformas de ordem educativa em seus territórios.

O pensamento da elite intelectual ansiava pela formação da nacionalidade com projetos de homogeneização cultural, moral, higiênica e cívica que, viria a tirar o país da apatia e atraso, condição na qual se encontrava e era empecilho para se trilhar o caminho que atrairia o progresso almejado.

Com esse alto desígnio foi organizado pelos membros da ABE, encontros educacionais de caráter nacional, em que se ampliaram e firmaram os debates atinentes à reformulação do ensino nacional. O objetivo elevado dos abeanos foi o de sensibilizar a nação para o grande problema do mote educacional que, conforme constatação desses protagonistas carecia de maiores empreendimentos por parte do governo federal.

Para além da ação dos intelectuais como guias e resguardadas as disputas em torno da causa educacional, outro ponto de aceitação entre todos, decorria do imaginário de que o progresso estaria intrinsecamente articulado ao anelo de formação da nacionalidade e a projetos de homogeneização cultural e moral.

Ademais, o traço marcante dos membros de uma intelligentsia que se “desligam” dos privilégios de seu meio, para clamar pela justiça social e a transformação da sociedade, é a existência de algo que aparece como uma espécie de imperativo ético, que reveste o “sentido da missão” que as intelligentsias geralmente se atribuem. (MARTINS, 1987, p. 3).

Vieira e Marach, (2007, p.270), também se reportam a essa apreensão de uma missão, “Os intelectuais, durante o período abordado, assumiram uma identidade como grupo social, como *intelligensia*. Como tal incorporavam um sentimento de missão social”.

A elite imaginava a ela ser atribuída uma missão social a desempenhar e, em decorrência disso, despertou-se o sentido de pertencimento a um extrato social respeitável, assim os intelectuais,

pela influência política que possuíam, influenciavam socialmente nos acontecimentos do país, defendendo interesses universais por acharem que tinham uma missão social e política a cumprir e assumiam os maiores postos nos Estados brasileiros. (PADIAL, 2008, p. 12)

A intelectualidade no panorama que se desenrolava vinculou-se a partidos políticos, literários ou em associações que esboçavam por vezes, suas disposições religiosas. Na ABE, associação aglutinadora da elite intelectual foi ainda, palco de disputas políticas, pois seus membros apresentavam maneiras distintas de ver e sentir o mundo ao seu redor.

Desse modo, os intelectuais, enquanto sujeitos ativos se colocaram em condições de poder transformar a realidade brasileira em que estavam inseridos, também foram o objeto de disputa, seja na perspectiva de ocupação de cargos estratégicos no aparelho estatal e/ou pela influência na formulação de políticas públicas. Para Bona Júnior e Vieira (2007, p. 31), “conferiu poder persuasivo ao discurso da modernidade e, por extensão, afirmou o protagonismo político dos intelectuais”.

Houve grande cooptação desses intelectuais engajados na causa, para trabalharem na administração de instituições ou na execução e preparação de projetos reformadores da educação que partiam do Estado e de grupos políticos.

Ainda que as reformas feitas dentro dos estados, fosse um ponto positivo na educação do povo, existia o consenso de que a homogeneidade cultural e moral deveriam englobar todo o território, através de projetos que fortalecessem a nacionalidade com o objetivo de se alcançar a unidade nacional e o progresso.

Apesar das disputas ideológicas internas o objetivo do grupo era dirigir e organizar o projeto de inserção do Brasil na modernidade, pela via das reformas educacionais. Os intelectuais enunciavam e seus pensamentos os conduziam para a

idealização de que a salvação e construção futura da nação moderna e progressista seria um papel a eles atribuído.

O futuro é insistentemente aludido como dependente de uma política educacional: futuro de glórias ou de pesadelos, na dependência da ação condutora de uma “elite” que direcione, pela educação, a transformação do país. (CARVALHO, 1998, p.141)

Os intelectuais congregados na ABE compreenderam que estavam imbuídos na missão de formação da consciência nacional e concomitantemente da homogeneidade, assim a consciência cívica, por eles dirigida teria início na escola primária, tendo, conforme Barra (2013, p.135), a “sala de aula, sede da transmissão simultânea de ensino, dispositivo central da escola moderna.”

Através de nossos estudos notamos que a instituição escolar foi eleita pela elite culta como um espaço privilegiado de formação humana, que poderia difundir condutas e hábitos sadios, primeiramente a instrução incidiria na infância brasileira, tendo em seus professores devidamente formados, um retrato de abnegação e bom exemplo de conduta.

Nesse projeto de reformulação da educação nacional, toda a população brasileira seria envolvida, e estaria destinado ao soerguimento que envolveria a cultura, a moral, a laboriosidade, a ordem, a higiene e o civismo, também é perceptível que o projeto conferia grande destaque ao espaço escolar e ao papel do professor.

No próximo capítulo abordamos sobre as Escolas Normais instituídas no Paraná, no recorte temporal, que visavam atender a demanda pela formação de professores que atuariam no ensino primário, acordado pela elite culta, como sendo o palco inicial das reformas educacionais.

3. AS ESCOLAS NORMAIS PARANAENSES

A inauguração da primeira Escola Normal ocorreu no ano de 1835, na cidade de Niterói/RJ, posteriormente, foram abertas outras unidades de ensino congêneres no Brasil,

Na verdade, em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino. (TANURI, 2000, p. 64)

No Paraná a criação da primeira Escola Normal, segundo Miguel (2008, p. 4), foi: “destinada a preparar professores de ambos ossexos que quisessem exercer a ação pedagógica na escola elementar, pela lei nº 238 de 19 de abril de 1870, assinada pelo Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho.”

Apesar das incertezas iniciais dessas instituições de ensino, com o tempo, elas se firmaram e, segundo Miguel (2008, p.12), “A Escola Normal aos poucos se configurou como instituição necessária para formar tecnicamente o professor”. Entretanto, somente na década de 1920 é que foi observada maior ampliação do número dessas instituições no Brasil.

Conforme Nascimento (2004, p. 83), “As Escolas Normais existentes no país tinham o papel de formar os mestres para as escolas de ensino primário; foram criadas como necessárias para o desenvolvimento de um bom cidadão”. Assim, a inauguração desses espaços de ensino teve como objetivo primordial formar o professor para desempenhar suas funções no ensino primário.

No caso do estado do Paraná, até o ano de 1920, a Escola Normal de Curitiba esteve funcionando em um prédio anexo ao Ginásio Paranaense. O desmembramento da Escola Normal do Ginásio Paranaense foi uma das ações que marcaram o início das reformas no ensino paranaense, em conformidade com o relatório de César Pietro Martinez (PARANÁ, 1920, p. 15), quando afirma que “uma das primeiras medidas postas em prática logo após o início da minha gestão, foi a separação do Curso da Escola Normal do Gymnasio.”

A Escola Normal teve a inauguração de seu edifício próprio, pelo presidente do estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha que a entregou aos cidadãos em 7 de setembro de 1922. A data de sua inauguração coincidiu com as comemorações do centenário da independência brasileira.

O espaço educativo destinado ao ensino normal paranaense foi construído na Rua Aquidaban, atualmente Rua Emiliano Pernetta, local onde hoje funciona Instituto de Educação Professor Erasmo Pilotto. A Escola Normal de Curitiba

permaneceu sendo o único espaço educacional que contemplava a formação de professores no Paraná até o ano de 1924.

Na mesma década, houve a necessidade real da abertura de mais lugares que proovessem o ensino normal, pois o estado contava, para o preparo dos educadores que exerciam a função na escola primária, apenas a instituição mencionada. Segundo Correia (2013, p. 261), “Os gestores do estado justificavam a necessidade de construção de mais escolas para a preparação do professor primário, já que a escola da capital não era suficiente para atender à demanda de todo o estado.”

A referida instituição não conseguia formar um número suficiente de professores que acolhesse a demanda crescente, devido à expansão do número de espaços destinados ao ensino primário e erradicação do analfabetismo.

Assim, naquele momento, em atendimento ao anseio por formação de um número maior de professores aptos para o trabalho com o ensino primário, foram construídas mais duas unidades de ensino, nas quais,

todos os critérios de localização ideal na época foram considerados na implantação das Escolas Normais. Conclui-se que as escolas foram construídas em locais onde a densidade populacional aumentava significativamente. Isso explica que essas instituições de ensino, consideradas mais relevantes, foram construídas em bairros centrais, à vista de toda a população. (CORREIA, 2013, p.261)

Acatando a esses requisitos, foi inaugurada a Escola Normal de Paranaguá para atender ao litoral e a Escola Normal de Ponta Grossa para servir ao interior do estado do Paraná.

Em tempos anteriores, a cidade de Ponta Grossa, havia sido rota para os tropeiros. Ela possuía, na década de 1920, uma economia crescente baseada na comercialização da erva mate, madeira, pequenas indústrias e era, portanto, uma cidade bastante movimentada e populosa, para o momento histórico estando então, apta para acolher uma Escola Normal. Segundo Nascimento (2004, p.142), “Embora fosse evidente a necessidade da Escola Normal na região dos Campos Gerais, sua fundação deu-se apenas 3 anos após o anúncio de criação”.

Um dos prováveis motivos para a abertura de uma instituição de ensino normal em Ponta Grossa, localizada no interior do estado, foi o de que na época criaram-se na “Princesa dos Campos” várias colônias que abrigavam imigrantes

européus. Segundo Correia (2013, p. 257), “o poder central estava empenhado em integrar as famílias de imigrantes, pois a região dos Campos Gerais foi habitada por grupos de diferentes etnias, ainda acostumados à cultura de seu próprio país.”

Portanto, o procedimento de criação da instituição de ensino normal pode ser entendido como um processo que pretendia nacionalizar o colono na região. Correia também pondera que:

Tudo indica que a escolha da cidade de Ponta Grossa para uma escola de formação de professores foi motivada, sobretudo, pela avaliação de que facilitava o controle das escolas estrangeiras que surgiam nas vilas, além de favorecer também a expansão da colonização do estado. (CORREIA, 2013, p. 253)

O surgimento de escolas estrangeiras nas vilas tinha por motivo, a falta de espaços destinados à instrução das crianças em geral, assim, os pais, traziam professores de sua terra natal, pretendendo fornecer educação para os seus filhos.

A Escola Alemã de Ponta Grossa seguia os padrões culturais de seu país de origem. Alguns professores luteranos formados na Alemanha ministravam todas as disciplinas em alemão, com grafia gótica. O material pedagógico para o funcionamento da escola era trazido da Alemanha. (NASCIMENTO, 2004, p. 146)

Desse modo foram abertas escolas que ensinavam a língua e cultura de seu país de origem, na região dos Campos Gerais.

Até então, os professores que desejavam formação e outros alunos pontagrossenses pertencentes a famílias abastadas, para obterem formação no magistério ou mesmo no ensino superior, tinham de deslocar-se para estudar em outras cidades como Curitiba e São Paulo.

Quanto à inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, ela se deu no dia 26 de fevereiro de 1924 em cerimônia que contou com a presença do presidente do estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha, do secretário geral do estado Alcides Munhoz e do inspetor geral do estado César Pietro Martinez.

Seguindo o padrão adotado na época, conforme Vaz (2005, p. 129), “em anexo, previa a existência de um Jardim de Infância, de um Grupo Escolar e de uma Escola Isolada”.

A Escola Normal pontagrossense foi construída na Praça Barão do Rio Branco, área central da cidade, atualmente lá se encontra em funcionamento o Colégio Estadual Regente Feijó.

Na década de 1920, outra cidade importante para a economia estadual foi Paranaguá, devido a sua atividade portuária. O porto de Paranaguá foi um grande escoador das exportações do estado, principalmente de erva mate, produto econômico de destaque na época, conferindo a cidade de Paranaguá notável crescimento econômico e populacional, para os padrões da época.

Com relação ao espaço aberto no litoral, para o ensino normal, pode-se afirmar que foi inaugurada pelo presidente de estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha, no dia 27 de julho de 1927, data em que se comemorava o aniversário de 279 anos da cidade de Paranaguá.

Essa Escola Normal foi construída na Rua João Eugênio, esquina com Rua Comendador Correia Júnior, região central da cidade de Paranaguá. Atualmente nesse local está instalado o Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha.

Em Curitiba, a localização da Escola Normal fortaleceu ainda mais a formação de professores. Em Ponta Grossa, com o auxílio da estrada de ferro, o estado do Paraná expandia-se para o interior, tornava-se urgente a construção de escolas. Finalmente, no litoral, a urgência estava no controle da proliferação de doenças. (CORREIA, 2013, p. 255)

Passamos assim, a entender que a construção das escolas normais – paranaenses também tinham conotação higienista, com o intento de se conter o avanço de doenças.

As edificações escolares, então tomam notoriedade na arquitetura urbana, indicando a concepção do ambiente reconhecidamente destinado à educação, segundo Dórea (2013, p. 169), “os edifícios escolares surgem, nesse momento, com uma finalidade específica – o lugar onde se processa a formação do cidadão –, e o “modelo” grupo escolar institui-se, a partir de então, como representativo de uma época.”

Os espaços que abrigaram no passado as três primeiras Escolas Normais, conforme a Correia (2013, p.261), “Não por acaso, eles se localizavam em regiões consideradas nobres, impressionavam pelas suas linhas arquitetônicas e pela sua função educativa.”

Mais adiante, no mesmo texto, essa autora assevera:

Além das representações dos prédios das Escolas Normais nas cidades, foram amplamente noticiadas nos periódicos as inaugurações, as formaturas, as comemorações cívicas e as festas escolares. Esses eventos foram retratados com o objetivo de mostrar à sociedade a “moderna” instituição escolar que se consolidava naquele período. Os governantes precisavam divulgar para a população, por meio dos discursos políticos, dos periódicos ou dos documentários, seus esforços no atendimento às necessidades básicas, em especial à educação. (CORREIA, 2013, p.267)

Dessa maneira, pode-se observar que, o estabelecimento das Escolas Normais na década de 1920, afirmou o empenho dos intelectuais e do governo estadual, em preparar o professor e em desenvolver o ensino primário, via reformas educacionais, com o objetivo de atrair o progresso ao Paraná.

Devemos acrescentar que os referidos espaços das Escolas Normais paranaenses, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná; e, que nos edifícios públicos construídos, para fins da educação normal, é perceptível em suas expressões arquitetônicas, o vislumbre de uma determinada “modernidade”, aspirada na época.

No quarto capítulo, abordamos aspectos que concernem ao ensino primário, que foi eleito pelos intelectuais como palco privilegiado e inicial das reformas educacionais paranaenses e brasileiras.

4. O PRINCIPAL CAMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFESSORES

Na década de 1920, para dar conta do grande trabalho de “civilizar o povo brasileiro”, os professores que atuavam no ensino primário passavam a receber preparação nas escolas normais que, no momento contavam com programas de ensino reformulados.

Foi exatamente sobre dois pontos que a reforma educacional, no Paraná, de 1920 até 1928 incidiu: o ensino primário e o ensino normal.

Em conformidade com Miguel (1997, p. 15), o Paraná obteve destaque na década de 1920 por ser o segundo estado brasileiro a propor mudanças na instrução pública, através de reforma educacional.

Notadamente no estado paranaense, nas décadas iniciais do século XX, existiam ainda extensas áreas a serem povoadas. Segundo Correia (2013, p. 251), “No início da década de 1920, o Paraná contava com apenas vinte e uma cidades, sendo que as demais concentrações populacionais eram consideradas vilas ou povoados.”

A principal atividade econômica, nesse recorte temporal se baseava no extrativismo, beneficiamento e comércio da erva mate¹⁵.

A despeito de ser incipiente a industrialização, ilustra Miguel (1997, p. 22), “gestou modificações sócio-econômicas e político-culturais, propiciando alterações no contexto educacional, entre as quais, a reforma do ensino.”

Dessa forma, a escola foi confirmada como necessidade para dar conhecimentos básicos a população. Conforme Nascimento (2004, p. 129) “Ao se consolidar o processo inicial de industrialização no país, o ensino elementar passou a ter força maior, porque reforçava a assimilação do mito de que somente a escola poderia gerar o progresso”.

Para tanto a participação da população receptiva aos novos arranjos educacionais e conscientes da importância da educação facilitaria todo o processo de reformulação da educação. Segundo Miguel (2008, p. 3), a implantação das propostas educacionais. “somente encontram receptividade na população quando a educação escolar se torna necessária para que ela possa inserir-se na vida produtiva assalariada.”

As escolas públicas elementares na época foram organizadas para a formação, pois,

crescendo a criança, crescem e se avoluma e se solidificam igualmente com ela os ensinamentos que receber, seja a educação paterna, sejam os ensinamentos dos professores.

E como abc é apenas o guia que facilita o caminho da vida à criança, na escola deve receber a luz moral para poder dar força benéfica a essa instrução. (CEPN, t. 21)

Portanto, a escola se constituiu em um importante espaço de aprendizagem, segundo Daniel (2006, p. 5), “a escola assumia, prioritariamente, o lugar da família na educação das crianças.”

¹⁵ Conforme o Relatório apresentado em 1921, para o Congresso Legislativo pelo Presidente Caetano Munhoz da Rocha, o Paraná apresentava um grande crescimento econômico, destacando-se em primeiro lugar erva mate e, a madeira em segundo lugar. (PARANÁ, 1921, p. 43).

Para Myriam de Souza, presente no CEPN, “o professor deve transformar sua escola num verdadeiro lar, onde presida o amor, a igualdade e a harmonia.” (CEPN, t. 17)

Nesse local, os alunos em harmonia com o ambiente aprenderiam a ler, escrever e contar assim como recebiam alguns conhecimentos desejáveis como hábitos de higiene, disciplina e moral.

Havia a preocupação com a regeneração física e moral da criança e com a formação dos futuros cidadãos da pátria brasileira. A criança passava a ser percebida como corpo produtivo, como futura riqueza das nações, constituindo-se o discurso econômico destinado à infância. Da mesma forma, constituiu-se, também, um discurso político em que a preocupação com a infância significava uma forma de se evitar a formação de espíritos desgarrados, descontentes, desajustados e rebeldes. Era preciso formar o caráter da criança, inculcar-lhe o amor ao trabalho (SCHMIDT, 1997, p. 74).

Pensavam os intelectuais que a ação instrutiva com lições de civismo, moral e higiene moldaria o corpo produtivo e, que essas lições as crianças apreenderiam na escola.

A escola, considerada espaço formador por excelência, foi então idealizada tanto como o principal local onde poderia ser forjado o cidadão brasileiro (de origem européia, resultado de miscigenação ou nato), quanto como espaço irradiador de práticas saudáveis que deveriam atingir toda a sociedade: educando crianças e jovens e reeducando, indiretamente, através dos alunos, os seus pais. (Bertucci, 2006, p. 02)

Para atingir toda a sociedade, a expectativa que também se criava era que a instrução recebida pela criança na escola seria projetada na família, “a criança é o agente mais eficaz da reconstituição ou da reeducação da família.” (CEPN, t. 6). Dessa forma, com a instrução da criança, a família também seria alcançada e educada para os “novos tempos”.

Para tanto, também era importante que a família acompanhasse o desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos na escola, que os professores aproveitassem os momentos de aproximação com os pais e lhes proporcionasse conhecimento,

em palestras simples e despreziosas, elementares preceitos de higiene – higiene alimentar, higiene de habitação, higiene corporal e de trabalho – e inculcará, no espírito de todos, o desejo de uma vida melhor. A cultura cívica deve tomar lugar saliente nos serões da escola. É preciso fazer notar [...] vivendo em sociedade, necessita de preceitos que rejam as

suas múltiplas relações. Daí a necessidade do cumprimento às leis para o bem comum, do pagamento dos impostos, do respeito às autoridades constituídas, da justiça e do direito. (I CNE, t.97, p. 608)

Portanto, a escola seria local de aplicação, a instituição formadora, e irradiadora do projeto educacional-reformador de âmbito nacional que alcançaria os lares brasileiros.

Nesse momento, a crença na missão regeneradora da educação e nas potencialidades do ser humano impulsionaram a ação de vários segmentos de intelectuais que lutaram pela difusão da escola pública no Brasil, particularmente a difusão do ensino primário, ou seja, da educação das crianças brasileiras. (SCHMIDT, 1997, p. 4)

Ao mesmo tempo em que a intelectualidade sabia da urgência da implantação de reformas educacionais e da escola pública, estavam conscientes de que “[...] Nenhuma reforma de ensino deve visar a uma mudança súbita de instituições e de métodos: a destes, pelo menos, só é exequível a longo prazo.” (I CNE, t. 97, p. 594)

Além do conhecimento de ser uma reforma de ensino em longo prazo, ficou acordado pela elite intelectual que as reformas na educação nacional deveriam partir do ensino primário, pois era na criança que se podia “projetar o porvir”. Conforme Tharcilla Armbruster Chapot, presente no CEPN, “dali sai o futuro cidadão aparelhado para ser útil a tudo e a todos; nela nasce a luz para o espírito que é a compreensão da realidade para a existência.” (CEPN, t. 6)

Porém, existiam grandes dificuldades para a ampliação do ensino primário no Paraná que, urgentemente precisava expandir o número de escolas para atender as crianças que ainda não estavam matriculadas. Conforme descrição do congressista da CEPN, José Busnardo, em sua tese apresentada nesse evento acrescenta que,

os dados estatísticos fornecidos pelo último recenseamento, a população infantil em idade escolar atinge ao elevadíssimo número de cento e sessenta mil crianças de sete a quatorze anos, das quais apenas cerca de cinqüenta e seis mil estão matriculadas em diversos estabelecimentos de ensino.

Em todo o Paraná existem aproximadamente mil duzentas e sessenta e seis escolas divididas em escolas isoladas, grupos, escolas municipais e particulares.

Essas escolas como já disse tem a matrícula de cinqüenta e seis mil alunos aproximadamente com a freqüência média de trinta e cinco mil.

A porcentagem da população infantil sem escolas atinge a quase sessenta por cento, estimando-se em cerca de quarenta e cinco por cento o número de analfabetos. (CEPN, t.5.)

Segundo os dados apontados por Busnardo, o trabalho de alfabetizar toda essa grande quantidade de alunos, consistia em uma grande tarefa para a época e exigia conforme já exposto, a expansão de instituições de ensino primário. No entanto, o notável e grande problema que dificultava o processo era a escassez de recursos públicos para o empreendimento.

Apesar dessa dificuldade César Pietro Martinez deu sequência a ampliação do ensino com as reformas. Assim, ele procurou aparelhar as escolas, adquirir livros didáticos para uma unificação do ensino e ampliar os espaços escolares conforme as finanças permitissem. Resumidamente, o inspetor geral de ensino, descreveu como se deu o funcionamento das escolas regulares em 1920, no Paraná,

Funcionaram regularmente em 1920:

Classes em grupos.....	115	
“ “ escolas isoladas.....	<u>554</u>	669

A matrícula total do fim de ano de 1920 foi a seguinte:

Grupos	3.928	
Escolas isoladas.....	13.583	17.511 (PARANÁ, 1920, p. 34)

Inicialmente, Curitiba foi a cidade mais beneficiada com as reformas, na qual ampliou-se o número de salas para atendimento de um número maior de alunos, conforme aponta o relatório de César Pietro Martinez,

no fim do ano, em virtude de obras realizadas, houve o seguinte acréscimo de salas de aula nos grupos da capital.

Grupo “19 de dezembro”.....	4
“ “Rio Branco”.....	4
“ “Tiradentes”.....	1
“ “Cons. Zacharias”.....	2
“ “Prof. Brandão”.....	2
“ “Oliveira Bello e Carvalho”..	2
“ “anexo à Escola Normal”....	4

Total.....19 salas com capacidade para 945

alunos.

O grupo “Xavier”, com as obras autorizadas, passará a ter mais 5 salas de aula, podendo receber 675 crianças em um único período letivo.

A capacidade total dos grupos da capital será pois de 2745 crianças, dando-se para cada sala 45 alunos de matrícula, que é a lotação geralmente adotada.

É indispensável o aumento de salas nos grupos “Presidente Pedrosa” e “Professor Cleto”, para se atender à população por eles servida e a construção de um edifício no Prado, onde é avultado o número de crianças em idade escolar. (PARANÁ, 1920, p. 15)

Assim, quanto à abertura de novos espaços destinado ao ensino primário, constata-se que ocorreu mais evidentemente, na cidade com maior visibilidade política do estado – a capital. De acordo com conotação do congressista Wenceslau Muniz, “reclama-se contra os governos pela falta de boas escolas pouco disseminadas por toda a parte” (CEPN, t. 22).

Quanto ao número de matrículas, em nossos estudos evidenciou-se grande aumento no número das mesmas de 1900 a 1930, conforme ilustra o Gráfico 1:

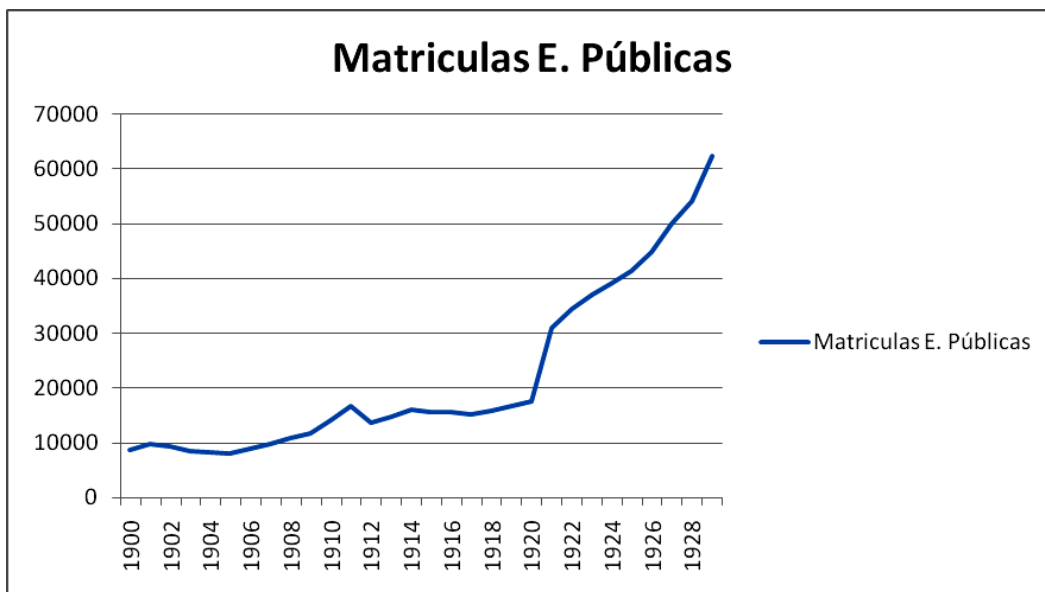


GRÁFICO 1 – N. MATRÍCULAS EM ESCOLAS PÚBLICAS PARANAENSES ENTRE 1900 E 1930
Fonte: NOBREGA (2014, p.104).

Podemos notar que foi exatamente no período que compreende os anos de 1920 a 1930 que o número de matrículas aumenta. Esse fenômeno foi causado, devido à criação de espaços públicos de ensino no Paraná. De acordo com Nobrega (2014, p. 104), houve “o crescimento acelerado no movimento geral de matrículas, saltando de 17.511 em 1920 para 62.259 em 1929 – mais que o triplo no decorrer de dez anos.”

Para esse grande contingente de alunos, ora matriculados é que se viu a necessidade de mais professores formados nas escolas normais em atendimento a essa demanda. A maioria dos intelectuais estava de acordo de que seria de muita utilidade que os professores fossem guiados e uniformizados com os novos métodos de ensino e recebessem formação necessária para lecionarem na escola primária.

O ideal moderno foi pensado pela elite esclarecida que vislumbrava a importância da escola e a formação de professores, como caminho para mudanças

sociais, culturais e educacionais que conduziriam o país rumo à modernidade e ao progresso, a exemplo do que já se observava na época em determinados países.

No próximo capítulo veremos as teses debatidas nos dois encontros educacionais (CEPN e I CNE), buscando nas discussões trazer à tona aspectos a respeito do perfil que se idealizava para o docente e, como foi a formação legada aos professores primários, naquele momento de discussão da reformulação educacional.

5. O PAPEL DO PROFESSOR E SUA FORMAÇÃO

Durante muito tempo o povo brasileiro foi retratado como inculto, imoral, indolente e doente,

[...] os temas da ignorância, da imoralidade e da doença representavam, de um lado, fenômenos sociais objetivos e carentes de medidas eficazes por parte do poder público e, de outro, os móveis principais da retórica do atraso nacional. (BONA JÚNIOR e VIEIRA, 2007, p. 31)

Segundo a leitura de intelectuais, como Anísio Teixeira, Francisco Campos, Carneiro Leão, Lúcia V. Dechandt, Fernando de Azevedo, Isabel Jacobina Lacombe, Lourenço Filho, Lysímaco Ferreira da Costa, Afrânio Peixoto, entre outros¹⁶, a condição da população fomentava o discurso do atraso moral, econômico e social do Brasil, fato que justificava uma intervenção pública naquele momento.

O papel da educação foi, então, superdimensionado, cabendo-lhe organizar o país e colocá-lo no caminho do progresso, desde que reformada e bem distribuída, pois somente ela seria capaz de preparar o homem para um padrão de civilização que se pretendia instaurar no país. (ABREU, 2007, p. 168).

Afinados e sintonizados com o pensamento e discurso de modernidade que circulava entre a intelectualidade brasileira procurou-se atrair o progresso e

¹⁶ Os intelectuais ora citados, dentro do recorte temporal englobado por nossa pesquisa, tiveram seu raio de atuação vinculado à área da educação brasileira, quer envolvidos com as reformas da educação nos estados e/ou participação ativa nos trabalhos da ABE.

consequentemente maior desenvolvimento econômico ao Paraná, a partir de reformas educacionais.

O projeto de modernidade que se condescendeu na campanha educacional, foi segundo Vieira (2004, p. 1), “a centralidade assumida pela questão da educação no discurso e na ação político-cultural dos intelectuais na construção do projeto de modernidade.”

Mais adiante o mesmo autor complementa,

a modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que, através da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais universaliza um novo modo de pensar e sentir a realidade. (VIEIRA, 2004, p. 2)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Hoeller (2013) pondera que,

os temas relacionados ao ensino primário e ventilados nas conferências/congressos, entravam na retórica moderna defendida como forma de solucionar os problemas percebidos no contexto educacional brasileiro, sendo apontados como contribuição para a formação do cidadão republicano almejado – que além de instruído na/pela escola fosse também educado por ela: laborioso, saudável, com princípios morais, cívicos, patrióticos – para a construção de uma nação próspera com ideais de modernidade (p.3)

Com relação ao ideal de modernidade almejado, os intelectuais paranaenses engajados na causa educacional compreenderam que o ensino estava precário. Uma das dificuldades apontadas incidia sobre a alta taxa de analfabetismo existente no estado, entretanto, a elite esclarecida avaliava também que o número de escolas era insuficiente,

[...] mesmo com a abertura dos grupos escolares, somente uma parcela da população era atendida no Estado do Paraná, o que não representava a totalidade da demanda por educação. Não era suficiente, portanto para acabar com o analfabetismo e, muito menos, para atender aos alunos em idade escolar que precisavam da instrução pública. (NASCIMENTO, 2004, p. 155)

Assim, as poucas escolas existentes para os alunos e o alto índice de analfabetismo eram considerados fatores que entravavam o desenvolvimento estadual.

Não se pensa, como já disse, em extinguir o analfabetismo de um só golpe, não, mas os poderes constituídos poderão cogitar de medidas que dentro de suas forças econômicas permitam realizar mais, muito mais do que já realizaram, com as mesmas verbas até então gastas, sem sacrifício dos outros deveres do Estado. (CEPN, t. 5)

Outro problema notável era de que o número de professores com formação adequada era escasso para atender a demanda por educação naquele momento. Segundo C. A. de Barbosa Neto era imperativo a formação do professor, no ensino normal, deixando o mesmo a condição de leigo, a fim de que esse profissional lecionasse junto ao ensino primário. Ele também vê a necessidade de que a União venha a prover essa formação. Para Barbosa Neto “a formação do mestre é, então, o ponto primordial de todo problema educativo.” (ICNE, t. 85),

Somando-se a esses fatores – poucas escolas, analfabetismo e formação docente – na medida em que as concentrações populacionais das cidades aumentavam, acelerando na época o processo de urbanização, cresciam as reivindicações e demanda pela instrução pública.

[...] percebe-se que esteve sempre presente a “preocupação” com a instrução da população e com a necessidade de preparar profissionais para atender à crescente procura pela instrução, em especial em razão do processo acelerado de urbanização. (NASCIMENTO, 2004, p. 94)

Assim, na medida em que existia uma demanda crescente por educação, também projetos de sociedade eram propostos e de maneira geral, para se atender ao imperativo da instrução primária, foi requisitado que os profissionais docentes, além da formação, fossem “professores competentes, compenetrados da sua missão e do seu dever” (I CNE, t. 32), portanto esse profissional foi idealizado na época.

Assim, ao profissional docente idealizado e devidamente formado seria “confiada a missão de forjar o caráter da mocidade de hoje, para que no futuro se formem as elites e deverão conduzir o Brasil aos seus altos destinos”. (CEPN, t. 12)

Desse modo, os intelectuais viram a necessidade de se reformar o ensino normal para melhor preparar o profissional que teria a incumbência de educar as crianças brasileiras, segundo C. A. Barbosa de Oliveira,

a eficiência da organização escolar moderna se concentra, sobretudo, no professor.

O aparelhamento completo da escola ativa será inútil, se o docente não tiver a formação pedagógica imprescindível ao seu magistério.

[...] Melhorando, pois, o ensino secundário e fazendo seu professorado pertencer a uma verdadeira “elite” social, melhoraremos fatalmente, os poderes públicos, emanação de uma melhor opinião geral, consequência de uma educação melhor e fruto, exclusivo de uma escola e mestre também melhores. (DIÁRIO OFFICIAL, 04/02/1928, p. 37)

Assim, a movimentação em torno da educação normal para se “formar o professor habilitado”, adquiriu destaque, pois,

a formação para o magistério era importante porque, no professor, seria depositada a responsabilidade de conduzir o projeto político pedagógico dos reformadores paranaenses, além de alfabetizar uma população na sua maioria de iletrados, contribuindo, assim, para a modernização do Estado do Paraná. (PADIAL, 2008, p. 94).

Os reformadores no Paraná concentraram seus trabalhos em mudanças no ensino primário que atenderia a população em geral e, no ensino normal que atenderia a formação dos professores. Desse modo, em atendimento às exigências expostas pela expansão da instrução primária, também exista a necessidade observada por Nobrega, (2014, p. 114), de “professores com uma formação de qualidade dentro dos horizontes da escola moderna pública da época.”

Com relação às reformas incidentes no ensino normal, pode-se afirmar que elas tiveram início em 1920 com César Pietro Martinez, que desmembrou a Escola Normal do Ginásio Paranaense, que até então, funcionavam conjuntamente. Apesar das duas instituições de ensino se desligarem, compartilhou-se por mais dois anos o mesmo espaço para atendimento ao alunado distinto.

Todavia, a Escola Normal teve o programa experimentalmente reformulado,

Foram estendidas ao 3º e 4º ano várias matérias, tendo-se em vista melhorar, tanto quanto possível, o preparo dos futuros professores.

O programa de Pedagogia passou, a título de experiência, por uma completa reforma e compreende:

- a) Antropologia, Pedagógica, no 2º ano;
- b) Psicologia infantil aplicada à educação, no 3º ano;
- c) Metodologia Geral e Historia da Pedagogia, no 4º ano. (PARANÁ, 1920, p. 15-16)

Em 1922, se inaugurou então, uma sede própria para a Escola Normal – o Palácio da Instrução. O Inspetor Pietro Martinez, também nos declara que:

No sumptuoso edifício funcionarão, além das aulas da Normal, o grupo modelo anexo, o curso intermediário e duas escolas isoladas, modeladas pelo padrão que deve formar os demais estabelecimentos desse gênero. (PARANÁ, 1920, p. 17)

A criação do grupo modelo anexo e das duas escolas isoladas, seguiu o padrão inscrito na reforma paulista¹⁷ e favoreceu a formação dos professores paranaenses, pois, nesses espaços se concretizavam práticas pedagógicas.

Em 1923, houve mais alterações no ensino normal no estado do Paraná. Aos nomes de Caetano Munhoz da Rocha e César Pietro Martinez, também estava presente o do intelectual Lysímaco Ferreira da Costa, na época diretor da Escola Normal, que empreendeu novas reformas nessa instituição de ensino, segundo Miguel (1997, p. 34), “transformando-a em Escola Normal Secundária e dando continuidade ao plano de reforma da instrução pública a iniciada em 1920”.

Ferreira da Costa transformou o plano de estudos do ensino normal paranaense dividindo-o em dois cursos: o curso geral ou fundamental que proveria disciplinas da cultura geral e o curso especial ou profissional no qual seriam ministradas disciplinas técnicas ou metodologias.

O curso especial ou profissional foi configurado de forma a constituir-se em uma extensão do curso geral ou fundamental, conforme o Quadro 6:

¹⁷ De acordo com Cavaliere (2003), em 1920, Sampaio Dória começou a reforma de ensino no estado de São Paulo que vigorou até 1925. De início pretendeu-se a alfabetização de um maior número de crianças em um curto espaço de tempo, assim a qualidade pedagógica cedeu lugar para a urgência da quantidade e o ensino passa a ser padronizado. O ensino elementar – gratuito e obrigatório para crianças com 9 e 10 anos de idade – sofreu diminuição de 4 para 2 anos de duração, na tentativa de expansão do ensino. Diminuiu-se também o número de horas em sala de aula de cinco horas diárias em média para dois turnos com duração de duas horas e meia por dia, com a mesma finalidade já relatada. Na reforma de Sampaio Dória, os níveis de ensino foram alterados: ensino primário (dois anos), ensino médio (dois anos), ensino complementar (três anos), ensino secundário especial, ensino profissional e ensino superior. No período a repetência não era permitida e a promoção era automática. Nessa reforma previu-se a abertura de: delegacias regionais de ensino, de escolas isoladas primárias, de jardins de infância, de escolas maternais e da Faculdade de Educação. Pretendia-se também, a unificação do currículo das escolas normais, o arranjo de concursos públicos para a contratação de professores, a instituição da inspeção médico-escolar e gratificação aos professores que alfabetizassem um maior número de alunos. A negatividade na reforma apontada por Cavaliere seria o enfraquecimento dos grupos escolares, considerados até então, como as melhores instituições de ensino no estado. A reforma paulista foi seguida como modelo pelos reformadores de outros estados, ainda que apresentasse fragilidades. Essa reformulação do ensino-aprendizagem era moderna e racionalizadora e caiu no gosto dos governantes da época, que viam no modelo uma maneira de resolver o problema da alfabetização, sem que fosse necessário injetar grandes verbas públicas no empreendimento.

ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE CURITIBA (REFORMAS DE 1923)		
Segmento	CURSO GERAL OU FUNDAMENTAL	CURSO ESPECIAL OU PROFISSIONAL
Duração	3 anos	1 ano e meio
Matérias (disciplinas)	<p><u>Para o 1º ano</u> – Aritmética e Álgebra, Desenho, Geografia Geral e Corografia do Brasil, Ginástica, Música, Português, Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica e, Trabalhos Manuais;</p> <p><u>Para o 2º ano</u> – Desenho, Geometria Plana, Física e Química, Ginástica, História Geral da civilização, Música, Português, Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica e, Trabalhos Manuais;</p> <p><u>Para o 3º ano</u> – Desenho, Geometria no Espaço, Ginástica, História do Brasil, História Natural, Música, Português, Trabalhos de Agulha e Economia Doméstica e, Trabalhos Manuais.</p>	<p><u>Para o 4º ano (no primeiro semestre)</u> – Agronomia, Higiene, Metodologia da Escrita e da Leitura, Metodologia do Desenho, Metodologia Geral e, Psicologia;</p> <p><u>Para o 4º ano (no segundo semestre)</u> – Metodologia da Aritmética, Metodologia das Ciências Naturais, Metodologia do Ensino Intuitivo, Metodologia da Geografia, Metodologia do Idioma Vernáculo, Moral e Educação Cívica: sua metodologia e, Noções de Direito Pátrio e Legião Escolar;</p> <p><u>Para o 5º ano (no primeiro semestre)</u> – Críticas Pedagógicas, Ensino dos Trabalhos Manuais e Prática, Metodologia da Geometria, Metodologia dos Exercícios Físicos, Metodologia da História, Metodologia da Música, Puericultura.</p>

QUADRO 6 – ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE CURITIBA (REFORMAS DE 1923)

FONTE: A autora (2014), quadro confeccionado de conformidade com as indicações evidenciadas no trabalho de Miguel (1997, p. 34-35).

O curso oferecido no espaço educacional – Escola Normal – possuía um novo currículo. Segundo Silva (2013, p.46) as reformas compactuaram na ampliação do ensino normal no Paraná, para quatro anos e meio, onde três anos seriam dedicados à formação geral e um ano e meio ao curso especial de formação. O intuito com tais medidas era o fortalecimento da profissionalização do professor primário.

a implantação das Escolas Normais no Paraná consolidaram uma escola de formação de professores suntuosa, que impressionou tanto os alunos quanto a comunidade, pois caberia a ela o exercício do papel civilizador da sociedade para as próximas gerações no Paraná. (CORREIA, 2013, p. 269)

Educar as próximas gerações do Paraná conferia ao trabalho do profissional docente um valor incalculável no contexto, de acordo com Miguel (2008, p. 2), o professor era: “Muitas vezes tratado como missionário, outras vezes como devedor de sua formação ao poder público, ou então como um funcionário responsável pelo progresso”.

O trabalho docente estava sendo prezado, afinal, seria pelas mãos desse profissional que o povo seria educado. Bertucci (2006) comenta a respeito do grande valor da atividade docente no contexto:

[...] a ação de educadores(as) em diferentes partes do Brasil, pessoas que devidamente instruídas e cientes do papel que representavam junto à população, deveriam inculcar, cotidianamente e ao longo de vários anos, hábitos higiênicos nos seus alunos, popularizando práticas científicas de saúde entre os escolares – e através deles entre seus pais. (p. 07)

A tarefa de educar o povo era imensa, o que instigou muitas discussões, entre a elite culta, assim imaginou-se que educando as crianças, suas famílias também seriam alcançadas e se habituariam a hábitos de higiene.

Abaixo, nos Quadros 7 e 8, apresentamos as teses – mais relevantes ao nosso objeto de estudo, apresentadas nos eventos educacionais e abordadas na pesquisa, que mencionam a formação, papel, atribuições e o perfil desejável para o professor que atuaria no ensino primário:

PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CEPN		
TESE Nº	PAPEL E PERFIL DO PROFESSOR	FORMAÇÃO DO PROFESSOR
2	X	
3	X	
12	X	
17	X	
22		X
26	X	

QUADRO 7 – PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CEPN

FONTE: a partir da fonte utilizada em nosso estudo, a saber, Teses do Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN).

PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO PROFESSOR NA I CNE		
TESE Nº	PAPEL E PERFIL DO PROFESSOR	FORMAÇÃO DO PROFESSOR
2		X
11	X	
24	X	
30	X	
33	X	
37	X	
38	X	X
43		X
49		X
52	X	
58	X	
70	X	
73	X	
75	X	

79		X
82	X	
83	X	
85	X	X
86	X	
87	X	
88		X
89	X	
90	X	
96		X
97		X
99	X	
100	X	
102	X	

QUADRO 8 – PAPEL, PERFIL E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA I CNE

FONTE: A autora (2014), o quadro foi construído a partir do estudo de uma de nossas fontes, a saber, Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE).

Nos dois eventos realizados em Curitiba na década de 1920, podemos observar que a maioria das teses selecionadas pelo nosso estudo dá referência ao papel, ao perfil e/ou atribuições para o mestre para a época. Quanto à formação dos professores o número de menções foi menor do que a primeira categoria exposta.

Por meio da leitura das teses é possível salientar um verdadeiro sacerdócio dos professores, conforme a tese assevera, “um professorado constituído de verdadeiros caracteres, de abnegados sacerdotes, de patriotas sinceros” (CEPN, t. 12).

Mais adiante na mesma tese defendida por Nelson Mendes, acrescenta-se:

Os professores, cômicos de seus deveres, que fazem da sua missão espinhosa um sacerdócio, que requer toda a abnegação, todo o sacrifício, insistimos, devem ser selecionados; aos aptos que se confie a nobre tarefa de educar, de preparar as gerações do futuro; e que sejam afastados do lugar dos mestres, aqueles que prevaricam, que são relapsos, que, não compreendendo o seu papel, fazem de seu cargo apenas um meio de vida. (CEPN, t. 12)

Assim o professor primário deveria se integrar e se dedicar inteiramente a obra educacional. Bona Júnior e Vieira (2007, p. 17), observaram que o professor primário, nesse fórum educacional foi “exaltado pela sua abnegação, espírito cívico e dedicação integral à causa educacional.”

Os professores eram incentivados nos discursos proferidos a participarem fielmente da grande obra a eles confiada, ainda que a profissão não lhes conferisse ascensão social, devido ao fato da má remuneração. O mais notável era que muitos desses profissionais eram incentivados a viverem com recursos parcos, pois, “a

razão financeira pode ser vencida com recursos relativamente acessíveis. Tudo está na dedicação e convicção, digamos melhor, no idealismo do professor” (I CNE, t. 92).

Na 3ª tese apresentada no CEPN, Rosa Pereira de Carvalho apresenta as qualidades que o professor deveria possuir, segundo a sua leitura, porém esses atributos aparecem em teses de outros congressistas nesse mesmo encontro educacional:

“Puro nos costumes, no dever exato, modesto, polido, cheio de bondade, paciente, pio, firme no caráter, zeloso, ativo e tão prudente em punir, como em louvar; agente sem ambições, apóstolo em quem a infância se modela; espelho em quem o mundo se reflete misto de juiz e pai, eis o mestre, eis o professor”. (CEPN, 1926, t. 3)

Para além dessas qualidades, segundo a conferencista Tharcilla Armbruster Chapot, (CEPN, t. 6) “O professor deve proceder na sua maneira de ensinar, de acordo com a pedagogia moderna.”

Até o momento, no Brasil, a maior parte do ensino era baseado no método intuitivo¹⁸ que foi introduzido no Brasil aproximadamente por volta de 1870. Nessa linha metodológica a lição das coisas que, em conformidade com Vidal (2000 p. 512), “preparavam o escolar para uma concepção evolucionista da ciência e do homem”.

Em conformidade com Souza (2013), as lições das coisas,

[...] deveriam partir, portanto, dos objetos familiares à criança, ampliando do conhecido para o desconhecido. Nesse procedimento de apreensão do mundo sensível, a escola deveria explorar a forma, as propriedades, as características e a utilidades dos objetos, desenvolvendo nas crianças a capacidade de lidar com a modernidade. (p.106),

Entretanto, com a precariedade do ensino e poucos recursos destinados à educação, progressivamente iniciou-se um novo método de ensino na aprendizagem, substituindo o método intuitivo.

¹⁸ De acordo com Souza (2013, p. 106), “na proposição do método intuitivo a observação e os objetos foram considerados instrumentos indispensáveis para auxiliar na passagem das percepções às ideias. Dado que o conhecimento do mundo material era derivado dos sentidos, cabia à escola colocar as crianças em contato com os objetos. As lições de coisas deveriam partir, portanto, dos objetos familiares à criança, ampliando do conhecido para o desconhecido. Nesse procedimento de apreensão do mundo sensível, a escola deveria explorar a forma, as propriedades, as características e a utilidades dos objetos, desenvolvendo nas crianças a capacidade de lidar com a modernidade.”

No Brasil, a Escola Nova tornou-se o ideário de renovação do ensino primário a partir da década de 1920. No final dessa década e no início dos anos 30, vários estados brasileiros promoveram reformas educacionais com base na moderna pedagogia que propunha, para além de mudanças metodológicas no ensino, novas finalidades para a educação, associando a escola aos projetos de modernização e reconstrução social do país. (Souza, 2013, p. 109)

Nesse ponto, muitos conferencistas concordavam de que havia a necessidade de adoção da pedagogia moderna na atuação do mestre e no ensino primário.

Assim, para que pudesse existir uma homogeneidade de costumes e valores no Brasil, a instrução pública moderna e renovada se fazia necessária, pois,

As críticas a pedagogia tradicional formuladas a partir do século XIX foram, aos poucos, dando origem a uma outra teoria da educação. Essa teoria mantinha a crença no poder da escola e em sua função de equalização social. [...] A pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, através de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares. (SAVIANI, 2009, p.6-7)

A pedagogia inovadora proposta na época foi a pedagogia nova, nela o aluno passa a ser o centro no processo educativo.

As novas tecnologias coadunavam com o espírito que informava os pressupostos da Escola Nova, isto é, a educação orientada para a vida moderna, aberta a novos horizontes e concebendo o conhecimento como um processo de aquisição mais flexível, mais ampliado e diversificado. [...] Museus, laboratórios e gabinetes devidamente equipados haveriam de enriquecer a composição material das escolas, atendendo as exigências da aprendizagem pela experiência, pela observação e pela investigação. (SOUZA, 2013, p. 110)

Nesse método, a aprendizagem passa a ser direcionada para um modo moderno de vivência, aqui a apreensão do conhecimento opera de maneira flexibilizada e passa pelo experimento, observação e investigação.

Dessa maneira, segundo o palestrante Joaquim Meneleu de Almeida Torres da Escola Normal Primária de Ponta Grossa/PR, na (I CNE, t. 30), dentro da concepção da pedagogia moderna “a missão do professor é guiar, é esclarecer o que o aluno por si só não pode descobrir, e não reduzir os seus discípulos a ouvintes passivos”. Para o referido autor, o aluno deveria tomar parte do processo como um agente ativo na aprendizagem.

Lindolpho Xavier participou como congressista da I CNE e, debateu sobre a pedagogia moderna, defendendo que ela deveria ampliar a fraternidade e o desprendimento. Para esse congressista, a Pedagogia seria responsável por desenvolver a saúde física e moral, a preparação técnica, higiene e economia.

A Pedagogia moderna tem que defender a saúde e a vida, combatendo os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene; tem que pregar os princípios do método e da sobriedade, aparelhando o indivíduo para a vida ambiente. A verdadeira Pedagogia ensinará os meios práticos de vencer a vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico moral. (I CNE, t.5)

O médico, Belisário Penna, membro da ABE, reforça essa ideia de educação moderna, na (I CNE, t. 102), explanando o seguinte: “Nenhum professor deve esquecer que a atividade educadora deve ser partilhada entre ele e o educando, e não trabalho exclusivo.”

A congressista Esther Franco Ferreira da Costa, participante do CEPN que, também era partidária de uma instrução moderna, assevera que:

procedendo dessa forma, isto é, não se contrapondo o professor aos interesses dessas crianças, naturalmente há de atraí-las para a escola, dominando pela simpatia e pelo prazer que poderá dar aos alunos na sistematização gradativa dos seus conhecimentos rudimentares. Excitando o interesse dessas crianças sem sair fora do seu próprio meio pode o professor ensinar bem a curto prazo a ler, escrever e contar; pode ensinar geografia, história e tudo quanto quiser, inculcar hábitos sãos de trabalho produtor e realizar a parte que lhe cabe na tarefa de educar, isto é, promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral dessas crianças de uma maneira global. (CEPN, t. 13)

Instruir as crianças de uma maneira que se desenvolvessem o lado intelectual, físico, e moral era a incumbência do professor, mas uma de suas atribuições era a de atrair crianças para a escola, por isso Maria dos Anjos Bittencourt em sua tese exposta, aconselha aos professores, “atrair à escola maior número de crianças, inculcar no espírito dos pais, com meigas e persuasivas frases, a vantagem extraordinária de mandar educar seus filhos”. (I CNE, t. 33)

Muitos congressistas concordavam nesse ponto, existindo certo consenso de que os pais deveriam ser persuadidos a enviarem seus filhos para a escola, pois, “no estado presente do marasmo social e do afrouxamento dos laços familiares que a criança é o agente mais eficaz da reconstituição ou da reeducação da família.” (CEPN, t. 6)

Assim, com o intuito de ampliar o leque de alcance da educação, segundo Deodato de Moraes,

o bom educador não perde a oportunidade de orientar a família, de interessa-la pelo que acontece na escola, de fazer ver aos pais que o auxílio deles é indispensável para o bom resultado do ensino que ministra, de demonstrar praticamente a todos que a instrução torna os homens mais alegres e mais felizes (I CNE, t. 99).

Essa aproximação com os pais dos alunos era uma atitude louvável, pois, “a cooperação da família na obra da escola é indispensável” (I CNE, t. 79), dessa forma seria compreensível o bom resultado na educação no cidadão do futuro, inserido em uma nova realidade.

De acordo com o congressista Alvaro Guimarães Filho da Liga Paulista de Higiene Mental, no interior da escola, o encontro do aluno com o professor tinha formidável importância futura, visto que,

o professor é a primeira autoridade que encontra a criança fora do lar paterno, e a influência que ele passa a exercer em sua personalidade, não apenas nas horas escolares, mas durante toda a sua infância, se refletirá certamente em toda a sua vida. (I CNE, t. 82)

Outro ponto considerado respeitável, segundo Roberto Mongruel e debatido na tese nº 37, foi o de que:

a primeira preocupação do bom professor é estabelecer em sua escola um regime disciplinar o mais perfeito possível e ao alcance, não só dos alunos, no seu cumprimento, como dele mesmo, que deve ser o primeiro a dar o exemplo da máxima obediência às determinações desse regime que representa a lei que os dirige. (I CNE, t. 37)

Além de ser uma pessoa obediente às leis, o professor deveria ser um patriota e inculcar esse mesmo amor à Pátria nos seus alunos.

Todo o professor deve amar ao seu País e trabalhar com dedicação e entusiasmo pelo engrandecimento moral, cívico e intelectual do seu povo, a fim de que a nossa Pátria se torne digna e nobre entre as mais nobres e dignas Nações do Universo. Assim pensando, ele deve utilizar-se de todos os meios possíveis para transmitir aos seus alunos esse mesmo amor. É nossa a missão nobre de formar os cidadãos do futuro, os pais e mães de família que irão transmitir aos filhos a perfeita educação moral; devemos iniciar a geração presente, confiada ao nosso cuidado, na prática dos melhores métodos, a fim de que essa educação se torne completa e perfeita no futuro.

A união, a igualdade, a fraternidade, o amor ao solo abençoado onde nascemos e o desejo de trabalhar pelo seu engrandecimento – eis o legado que nos compete transmitir às gerações vindouras. (CEPN, t. 17)

Nesse momento no Brasil estava se formando o sentimento de nação¹⁹ e segundo a elite culta, era necessário inculcar no povo o amor à Pátria, visto que o país dava mostras de sua heterogeneidade,

para obviar os riscos de uma tendência separatista, julgamos essencial, imediato, premente a realização do trabalho que torne fácil e rápida a comunicação entre os pontos afastados e alguns mesmos desconhecidos da nossa grande terra. Esse benefício material e inestimável facilitará a difusão de uma cultura que se proponha principalmente a inculcar no povo o sentimento de união. (I CNE, t. 44)

A uniformidade e heterogeneidade exigiram, no momento, um olhar cuidadoso do grupo que promovia a “campanha educacional” na década de 1920.

A estratégia que deveria ser utilizada, para tanto, foi a de se educar a criança para o patriotismo, no interior das escolas, “é preciso, desde cedo, inculcar-lhes no espírito os sentimentos de civismo, o amor à Pátria, o respeito às leis que regem o País, os direitos e os deveres perante a sociedade de que faz parte.” (I CNE, t. 51)

Formar na criança esses sentimentos patrióticos era importante, pois,

a Pátria necessita mais de homens de caracteres sólidos, de consciência moral elevada do que de potentados e sábios. Estes e aqueles, quando dotados de coração bem formados e amarem ao solo em que nasceram, serão grandes auxiliares do progresso material de sua terra. (CEPN, t. 17)

Dessa maneira, além do exemplo partindo do professor, para se inculcar no aluno o sentimento patriótico, a tática empregada, foi o enaltecimento de grandes personagens heroicos,

os bons exemplos, a vida dos heróis da força de vontade, a vida daqueles que pelo seu próprio esforço conseguiram se aperfeiçoar naquilo que empreenderam e legaram à humanidade o fruto benfeitor do seu trabalho, deveria constituir lições de psicologia nas escolas primárias. Imagine-se o efeito que produziria no cérebro infantil o professor que contasse a aula com uma clareza de linguagem necessária, a vida de Henri Ford, de Sócrates, de Bernard Pallissy e por aí de uma série inumerável de

¹⁹ O termo – nação – é encontrado e definido na Enciclopédia Barsa (2007, p. 4120) da seguinte maneira: “**nação** (do lat. *natione*-) s. f. 1. Agrupamento natural de cidadãos que vivem no mesmo território, sujeitos a um governo comum e ligados por leis e interesses também comuns.

heróis do trabalho, da resignação, da virtude, do caráter, da convicção. Imagine-se todos os dias uma dessas histórias contadas e explicadas de tal modo que a criança saia da aula convicta de que ela também é capaz de imitar o herói da história! (CEPN, t. 21)

Em seus estudos, Cunha (2013) comenta essa ideia do uso de atores que personificavam bons exemplos de vida, a serem seguidos, de maneira especial, no processo de inculcação da nacionalidade nas crianças,

o espírito nacionalista e edificante que emergia das biografias de heróis e de santos – sempre descritos como dignos e amorosos, marcados por gestos nobres e grandiosos –, das poesias românticas recitadas, das canções nacionalistas entoadas, juntava-se às referências a um modelo de comportamento moral esperado que autorizam considerar que a civilidade estaria na noção de uma formação harmônica entre moral, civismo e virtudes cristãs que comporia uma continuidade histórica do povo brasileiro. (p. 156-157)

Quanto à formação de um espírito nacionalista vinculado a moralidade cristã, os congressistas não concordavam unanimemente nessa questão, pois, o espaço destinado aos debates era dividido por movimentos antagônicos, de maneira peculiar, entre católicos e anticlericais. Entretanto, a vinculação entre a doutrina católica e o ensino da moral foi fortalecida e,

[...] amplamente justificada pela afirmação de que o ensino laico era voltado exclusivamente para aspectos científicos, não apresentando referencial moral sólido que garantisse para além da instrução, a educação integral do sujeito. [...] Inferimos desta afirmação a nítida relação entre a fé católica e o sentimento de nacionalidade (BONA JÚNIOR e VIEIRA, 2007, p. 28)

Para Lúcia Dechandt, que apresentou teses nos dois encontros da cidade de Curitiba, “é hora da redenção moral. É a hora da alma tomar parte ativa na vida humana. E ela agora sairá da caverna sombria dos tempos primários para a luz de uma vida intelectualmente construída.” (CEPN, t. 21)

Quanto ao ensino da moral pelos professores primários, o professor Nelson Mendes em sua tese, assim se expressa:

O próprio exemplo de boa conduta, de retidão do caráter, de integridade e de amor pátrio, porém, não basta para dar ao ensino da moral, isto é à educação, os elementos que devem produzir os resultados desejados. Deve o professor reunir o maior número de exemplos, que devem ser colhidos na vida real; os fatos de que os alunos forem testemunhas ou cujos personagens forem por eles conhecidos, são os mais apropriados. A

inverossimilhança não produz resultados apreciáveis; porém, em certas fábulas de fundo moral pode ser permitido o inverossímil. (CEPN, t. 12)

Por isso, a ênfase percebida de que havia a necessidade de um docente habilitado que atendesse a todas as exigências frente ao ensino primário, local definido, pela intelectualidade, como marco inicial das reformas educativas. Na I CNE, observou-se a importância de professores preparados, na empreitada educativa. Para o congressista, autor da tese nº 85, o professor tinha uma importante missão, pois,

o professor é a alma do ensino; da sua competência e do seu amor à grande causa que abraçou dependem, essencialmente os frutos do seu trabalho. A formação do mestre é, então, o ponto primordial de todo o problema educativo. (I CNE, t. 85)

É observável que todos os congressistas dos dois eventos educacionais realizados em 1926 e 1927, que mencionaram a formação dos professores estavam de acordo que a preparação do mestre com novos métodos de ensino e que esses docentes atuariam de maneira positiva na escola primária preparando e educando as futuras gerações nesses preceitos modernos.

Assim, na época, existia o imperativo real de ampliação dos espaços destinados ao ensino normal, para formação de professores que lecionariam no ensino primário, conforme atesta Antonio Tupy Pinheiro, na (I CNE, t. 2), “Há necessidade ainda da fundação de escolas normais por todos os estados, de escolas que se moldem sob o mesmo plano técnico, para formação profissional homogênea de professores.”

O congressista da CEPN, Wenceslau Muniz, chama a atenção para as dificuldades que o professor recém-formado encontra no ensino primário:

ora, é um fato comum que os professores às mais das vezes, quando saem das Normais, e dedicam-se ao magistério, encontram grandes dificuldades no ensino primário por falta da necessária prática e mesmo por não saberem se o seu método será na verdade bom ou de resultados seguros para as crianças. (CEPN, t. 22)

Por sua vez, Myrian de Souza, da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, presente no fórum educacional de âmbito nacional, debateu sobre: “A criação de um curso normal superior, para maior aperfeiçoamento dos bons professores, e a

equiparação de nossas escolas normais secundárias serão um grande passo no progresso de nossa instrução.” (I CNE, t. 38).

Desse modo, Miriam de Souza mostrou-se preocupada com a formação dos professores que operariam nas Escolas Normais, visto que, grande parte do professorado atuante era leigo, não possuindo uma formação condizente para a atuação nesses meios educativos de ensino normal secundário que estavam se constituindo. A congressista trouxe para o debate, questões para além das discussões que já se mostravam corriqueiras, naquele momento.

Antonia Ribeiro de Castro Lopes na I CNE, também fala sobre a importância e urgência da criação de escolas normais superiores para o preparo pedagógico do professor.

Assim como a Escola Normal Primária forma professores para escolas primárias, necessária é e imperiosa se torna a criação de escolas que formem professores cuja instrução e aptidão pedagógica o elevem à altura do desempenho de sua missão. (I CNE, t.88)

Percebe-se, assim, nas teses discorridas nos dois encontros educacionais que o Estado foi considerado como instituição capaz de ativar e sistematizar as reformas educacionais no ensino primário e normal permitindo que a formação dos professores fosse efetivada, em todo o território nacional,

A congressista Tharsilla Armbruster Chapot, presente no CEPN, assim se expressa, ao se reportar sobre o Estado como agente político capaz de intervir social, moral e culturalmente, direcionando e agindo a favor do – projeto civilizatório nacional:

o interesse da sociedade que exige imperiosamente que se esgote o quanto possível, a fonte dos vícios da miséria, e dos crimes, que se registram diariamente.

Pois esta fonte é antes que tudo a ignorância e a falta de educação. Portanto, a intervenção do Estado está perfeitamente justificada, e se resume em direito de impedir o abuso, e de proteger os interesses legítimos. (CEPN, t. 15)

Nessa mesma linha de raciocínio, Mário Pinto Serva em sua tese intitulada “A União e a educação nacional”, assevera:

Há três ou quatro estados do Brasil que estão começando a combater o analfabetismo e a educar o seu povo. Mas a quase totalidade pouquíssimo

faz, pelo que cumpre à União levantar o lábaro da educação do povo, estimulando todos ao cumprimento do dever. (I CNE, t. 103)

Dessa maneira, devido ao fato da elite esclarecida apreender os problemas que o Brasil enfrentava, nessa movimentação, conferiram ao trabalho do professor, extraordinária consideração, ao mesmo tempo em que esse profissional deveria ter consciência da grande missão que lhe cabia, assim, ele deveria possuir formação e qualidades que servissem de modelo da retidão moral dentro da sociedade.

A esse sujeito abnegado era confiado o trabalho de educar as gerações futuras e, por extensão fornecer conhecimentos também às famílias de seus alunos, abrangendo, assim, parte substancial da população. Consequentemente, seria através das mãos desse profissional que se educaria todo o povo brasileiro. A personificação desse ator foi idealizada a partir de um determinado projeto de sociedade pensado pelos intelectuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública brasileira adquire importância nos círculos de debate intelectuais, na década de 1920, quando foi percebido um desacerto devido ao fato que o Brasil se encontrava na condição de atraso social, econômico e cultural, ao se comparar com a posição destacada que assumiam em diversas áreas outras nações que tiveram êxito com reformulações educativas, como nos Estados Unidos da América e alguns países europeus.

Assim, no interior da ABE circulava o discurso da modernidade, permitindo que seus participantes aspirassem e vislumbrassem um Brasil que trilharia a rota do progresso, do moderno e do novo.

A intelectualidade brasileira foi mobilizada pela crença da existência de uma relação entre transformação, bem-estar social, prosperidade e modernidade com reformas na educação o que justificava investimentos públicos para o ensino. Nesse caminho, nota-se que o governo passou a ser conclamado como o principal protagonista na condução de políticas públicas educacionais.

Na sequência, para maior visibilidade das propostas produzidas pelos intelectuais, imbuídos da missão social e educativa que focavam a regeneração do povo brasileiro, marcado pela apatia, indolência e fragilidade, os encontros educacionais realizados em Curitiba desempenharam função, como lugares de debates onde se tratou de dar um norte ao excepcional projeto reformador da educação nos âmbitos regional e nacional.

A parcela minoritária da população representada pelos intelectuais aspirava além da organização cultural, que teria início no segmento do ensino primário e a formação dos professores, transformar o povo brasileiro, num verdadeiro “processo civilizatório” de cunho nacionalista. Os moldes que fundamentavam tal empreendimento estavam em consonância com a laboriosidade, civismo, higiene, moral e ordem.

Percebeu-se que o projeto educacional-reformador necessitava ser aplicado com urgência destinado ao acolhimento das demandas do sistema capitalista, pois se pretendia instruir as novas gerações com conhecimentos abalizados na utilidade e racionalidade científica, com isso estabeleceu-se que a educação primária seria o alvo principal da reforma educacional no Brasil e igualmente no estado do Paraná.

Desse modo no Brasil, observou-se na década de 1920, a abertura de várias escolas de ensino normal de maneira especial nos estados que passavam por reformas na educação, para que desse modo a escola primária pudesse contar com docentes capacitados e formados, para o empreendimento educativo. Ao se formarem nessas instituições de ensino, os professores estariam habilitados e familiarizados com métodos pedagógicos modernos, que estavam sendo aplicados com êxito em certas nações prósperas do momento.

Por esse motivo, no Paraná, para além da reforma do ensino elementar, reformulou-se concomitantemente o ensino secundário que traria o suporte necessário para a formação de professores.

Segundo a leitura dos intelectuais o profissional docente, deveria estar devidamente formado e preparado, conforme exigência da época para atender as escolas primárias, seu principal campo de atuação e local de onde partiriam os ensinamentos necessários para o soerguimento cultural do povo paranaense, do povo brasileiro.

Junto com as reformas, no estado, além da Escola Normal de Curitiba, outros dois espaços educacionais de ensino normal foram inaugurados na década de 1920, localizadas no interior e no litoral do estado em atendimento da demanda por mais professores para o ensino elementar em expansão no Paraná.

Entretanto, a figura do professor idealizado na época, conclamada nas teses debatidas nos dois encontros, aquele profissional abnegado, justo, ativo, modesto, polido, bondoso, paciente, patriota, zeloso, não se materializou. O professor era na realidade um sujeito singular e como não poderia deixar de ser, carregado de sua historicidade, condição social e experiências. Entendemos que os homens são complexos, distintos e diferem entre si também em sua capacidade de sentir, pensar, apreender, expressar, manifestar, julgar, argumentar, ainda que se pretendesse na época, rígida moralização dos costumes sociais, também para esse sujeito que serviria de “modelo para os alunos”.

Nossos estudos sustentados pelas fontes que os guiaram, apontam para traços de contradições percebidas nas relações culturais, econômicas e sociais, também foi perceptível que um processo hegemônico guiou as reformas educacionais e a formação dos professores primários paranaenses, na década de 1920.

Apesar das reformas efetivadas no Paraná no decênio 1920-1930, compreendemos através da pesquisa que a formação dos professores com qualidade não se sustentou, apenas circulou nos discursos proferidos. Na prática concretizou-se uma formação docente aligeirada, precária e limitada nas três Escolas Normais existentes na época, para a qual poucos professores leigos tiveram a “oportunidade e o privilégio de formação”.

Tal fato justifica-se, pois condições financeiras desfavoráveis limitavam o acesso da grande maioria dos professores leigos a uma formação condizente com as “exigências modernas”, pois no recorte temporal que a pesquisa contemplou apenas o ingresso no ensino elementar era gratuito.

Ainda que se pretendesse educar o povo e que o Estado tivesse sido eleito como protagonista das reformas educacionais de tal magnitude, em nossos estudos observamos que, o sistema de ensino não deu conta do ideal de modernidade almejado. Visto que as reformas educacionais que se realizaram no Paraná, tiveram caracterização racionalizada e paliativa, por sofrerem escassez de recursos públicos destinados para tal fim.

Conforme nosso entendimento, a positividade que ocorreu com relação à formação de professores nesse processo de reformas foi certa valorização do trabalho docente e a negatividade que apontamos parte da constatação de que a formação legada foi empobrecida, aligeirada e para poucos.

As teses do CEPN e da I CNE que nos serviram de fonte nos estudos efetivados dentro de nossa pesquisa não se encerram e carecem de maior aprofundamento em estudos posteriores. Permitindo-se assim, a abertura de um grande leque para novas investigações a respeito da formação de professores e o contexto cultural, econômico e social vivenciado na década de 1920 no Paraná, que respondam a certas inquietações que se fizeram presentes nos estudos que conduzimos:

Quais eram as condições materiais e físicas das escolas para acolher os professores que colocariam em prática as lições da Pedagogia Nova? As proposições da Escola Nova foram executadas de imediato, houve resistência, ou caminharam lado a lado com os resquícios da educação tradicional? As reformas educacionais cumpriram seu objetivo de alfabetizar o povo paranaense a contento? O processo industrial paranaense iniciado na época chegou a absorver toda a massa populacional que estava sendo preparada no ensino primário para o trabalho

fabril? Qual foi o contingente de professores leigos primários que careciam de formação e não foram assistidos pelo programa? O número de docentes formados pelas Normais dava conta do número de escolas existentes e das que se abriram na época?

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira.** (Final do século XIX e primeiras décadas do século XX). Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: < www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4922>. Acesso em: 29/07/2014.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Os anos 1920 e os novos caminhos da educação. **Revista HISTEDBR** [online], Campinas, n.19, p. 111-116, set. 2005. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis19/art08_19.pdf>. Acesso em: 01/09/2014.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). **Revista HISTEDBR** [online], Campinas, n.45, p. 62-77, mar. 2012. Disponível em: < www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art05_45.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&>. Acesso em: 09/07/2014.

AMORIM, Mário Lopes. O projeto reformador paulista e sua influência sobre o ensino profissional – o caso da escola de aprendizes artífices do Paraná. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2002, Natal, HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema1/0107.pdf>>. Acesso em: 27/07/2014.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/33297>>. Acesso em: 10/10/2014.

BERMAN, Marshall. Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTUCCI, Liane Maria. Dois momentos, um ideal: educação e saúde para formar o brasileiro. São Paulo, 1918; Paraná, 1928. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia, A educação e seus sujeitos na história Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Liane%20Maria%20Bertucci%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 12/07/2014.

BOBBIO, Norbert. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BONA JÚNIOR, A. Discursos de modernidade na educação paranaense dos anos 1920. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7, 2008, Itajaí; PESQUISA EM EDUCAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL. Disponível em: < http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Historia_da_educacao/Poster/08_26_29_Discursos_de_modernidade_na_educacao_paranaense_dos_anos_192.pdf>. Acesso em: 03/07/2014.

_____. Discursos educativos no Paraná na década de 1920: uma análise das teses do Congresso Ensino Primário e Normal (1926). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/026.pdf> >. Acesso em: 05/07/2014.

_____; VIEIRA, Carlos Eduardo. A Modernidade e educação nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.

BOURDIEU, Pierre. The corporatism of the universal: the role of Intellectuals in the Modern World. **Telos**, n. 89, 1989, p. 99-110.

CAMPOS, Névio. Conceito de intelectual em Gramsci: contribuições para a escrita da história intelectual da educação. **Inter-Ação** Goiânia, v. 35, n. 1, p. 131-149, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/13141/8536>>. Acesso em: 05/12/2014.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CAVALIERI, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1>>. Acesso em: 14/10/2014.

CORREIA, Ana Paula Pupo. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 245-273, jul./set. 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/1550/155028215014.pdf> >. Acesso em: 04/08/2014.

CUNHA, Maria Tereza Santos. Das mãos para as mentes. Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 139-159, jul./set. 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/1550/155028215014.pdf> >. Acesso em: 12/10/2014.

DANIEL, Leziany Silveira. O intelectual João Roberto e suas análises sobre o sistema de ensino catarinense: a ciência como instrumento de construção do ideal de modernidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4,

2006, Goiânia, A educação e os seus sujeitos na história. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Leziany%20Silveira%20Daniel%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 10/10/2014.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155028215010>>. Acesso em: 12/10/2014.

FERREIRA, Suzana da Costa. Lysímaco Ferreira da Costa. Um educador. Memórias e esquecimento. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia; Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Disponível em: < www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/236SusanaFerreira.pdf>. Acesso em: 05/12/2014.

GALTER, Maria Inalva; FAVORETO, Aparecida. A razão histórica da crítica educacional ao atraso brasileiro e da defesa da modernidade na década de 1920. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia; Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Disponível em: < http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/200MariaInalva_AparecidaFavoreto.pdf>. Acesso em: 31/08/2014.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. Discursos sobre modernidade para a escola primária: Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário (Santa Catarina, 1927) e Primeiro Congresso de Instrução Primária (minas gerais, 1927). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd. 36, 2013, Goiânia-GO, Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. Disponível em: < www.36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres.../gt02_2820_texto.pdf>. Acesso em: 07/10/2014.

LE GOFF, J. **História e memória** (1924). Trad. Bernardo Leitão (et all.). Campinas: Editora da UNICAMPI, 1990.

_____. **Antigo/Moderno**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1997. (reed.), vol.1 - Memória-História, p.370-392.

LENTE. In: ENCICLOPÉDIA Barsa Universal. São Paulo: Editora Planeta, 2007. v. 10, p. 3511.

LIMA, Alexandre Martins de; LIMA, Ana Carolina Soares Ferreira de. Legitimando a modernidade: a arquitetura eclética de Filinto Santoro. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SP. 20, 2010, São Paulo, História e Liberdade. Disponível em: < <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ana%20Carolina%20Soares%20Ferreira%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: 27/10/2014.

MALINA, André; OLIVEIRA, Vitor Marinho de; AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. Uma discussão sobre o conceito de intelectual em Karl Mannheim e Antonio Gramsci. **Trabalho e Educação**, vol. 16, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/876/768>>. Acesso em: 05/12/2014.

MARTINS, L. A Gênese de uma Intelligentsia, os intelectuais e a política no Brasil-1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: n.4, vol.2, jun. 1987.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju; O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=9>. Acesso em: 09/04/2014.

_____. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

MORENO, Jean Carlos. Intelectuais na década de 1920: César Prieto Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 41-64.

NAÇÃO. In: ENCICLOPÉDIA Barsa Universal. São Paulo: Editora Planeta, 2007. v. 12, p. 4120.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000325741>>. Acesso em: 04/08/2014.

NOBREGA, Paulo de. A expansão da escola primária republicana paranaense em números: quantidade X qualidade (1900-1930). **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá: n. 154, março/2014.

PADIAL, Elyane Mozelli Padial. **As propostas de Lysimaco Ferreira da Costa para a instrução pública paranaense no período de 1920-28**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em:< www.ppe.uem.br/dissertacoes/2008_elyane_mozeli.pdf>. Acesso: 16/07/2014.

PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática 1990.

PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina e PIMENTEL, Marília de Araújo Lima. O Discurso Pedagógico da Modernidade. **R. bras. Est. pedag.** Vol. 77 n. 185p. 113-135, 1996. Disponível em:<

<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/254/257> >. Acesso em: 07/10/2014.

ROSS, Sílvia de. **Paraná Médico (1916-1930): intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural.** 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2009.

_____, O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval, *et al.*, **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Autores Associados: Campinas, 2004.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. **Infância: sol do mundo. A primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira.** Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

SILVA, João Paulo de Souza da Silva. **Percursos entre modernidades: trajetória intelectual da educadora Eny Caldeira (1912-1955).** 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SOUZA, Cristiane dos Santos. **Utilitarismo, civismo e cooperativismo no projeto educacional de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1892-1947).** Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dSPACE.c3sl.ufpr.br/dSPACE/bitstream/handle/1884/29584/R%20-%20T%20-%20CRISTIANE%20DOS%20SANTOS%20SOUZA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06/07/2014.

SOUZA, Gizele de. “Mediador do moderno”: técnico paulista na direção da instrução pública paranaense nos anos vinte do novecentos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28 Caxambú, 2005. A PESQUISA EDUCACIONAL ENTRE CONHECIMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS: ESPECIFICIDADES E DESAFIOS DE UMA ÁREA DE SABER. Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br/>>. Acesso 27/07/2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a07n49.pdf>>. Acesso em: 10/10/2014.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação.** [on-line], n.14, p. 61-88, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S141324782000000200005&script=sci_abstract>. Acesso em: 09/04/2014.

VAZ, Fabiana Barbosa. **Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Ponta Grossa, 2005. Disponível em <http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=95>. Acesso em: 04/08/2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497-517.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2011, Vitória. **Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil**. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_940.htm>. Acesso em: 11/10/2014.

_____. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia, A educação e seus sujeitos na história. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf>>. Acesso em: 08/10/2014.

_____. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira da História da Educação**, v.8, n.1, 2008. Disponível em: < <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109/120>>. Acesso em: 08/10/2014.

_____; MARACH, Caroline Baron. Escola de mestre único e escola serena: realidade e idealidade no pensamento de Erasmo Pilotto. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 269-289.

_____. O discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba - 1927). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. **EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**. Disponível em: < www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/.../244.pdf>. Acesso em: 07/10/2014.

FONTES

a) Teses do Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN):

MEMORIAL LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA, Curitiba. Congresso de Ensino Primário e Normal (teses), 1926.

b) Teses da I Conferência Nacional de Educação (I CNE):

I Conferência Nacional de Educação / organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt. - Brasília: INEP, 1997.

c) Coletânea:

A dimensão de um homem: Lysímaco Ferreira da Costa / organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1995.

d) Documento oficial:

Primeira Conferência Nacional de Educação – Breve exposição dos trabalhos realizados e das resoluções tomadas neste certamen

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) 04/02/1928, seção 1, p. 37-40. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1803466/pg-37-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-02-1928/pdfView>>. Acesso em: 10/07/2014.

e) Relatório:

PARANÁ. Secretário. (1920-1924 Camargo). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral de Estado Marins Alves de Camargo por César Pietro Martinez, Inspetor Geral do Ensino, Curitiba, Typ. da Penitenciária do Estado, 1920.

ANEXO

Modelo de fichamento: Teses da I Conferência Nacional de Educação (1927)

COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). I Conferência Nacional de Educação – Curitiba, 1927. Brasília, DF: INEP, 1997, 694p.

TESE Nº 1

Palavras chave: Educação, higiene, eugenia e saúde.

Tema: Educação higiênica e eugenia

Título: PORQUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR.

Autor: Belisario Penna – Associação Brasileira de Educação

Síntese

O autor apresenta e discute nesta tese a importância da educação higiênica, também era adepto do eugenismo. O texto mostra a preocupação do autor com o estado em que a população se encontrava (segundo a sua visão): doente, indolente, ignorante e entregue a vícios, principalmente o alcoólico. Para ele os governantes desprendiam esforços insuficientes para a solução dos problemas sociais, educacionais e econômicos. Como solução ele via a importância da educação higiênica na família e na escola (principalmente na educação primária), para se criar no Brasil a consciência sanitária e se firmar a consciência e unidade nacional.

Ideias e teses

A igualdade de idioma, de crenças a unidade de leis e a educação, sobretudo a primária, quando visa à saúde organopsíquica e à unidade nacional, é que constituem os elos de aspirações comuns, para as quais convergem todos os espíritos, formando uma mentalidade coletiva e criando a consciência nacional. p. 30-31.

[...] as conquistas da higiene, eugenia, e da medicina social, despendendo o mínimo esforço de operosidade, o Brasil tem evoluído patologicamente sob o domínio de interesses ocasionais, quase sempre inconfessáveis, dos seus dirigentes, [...] desprezam a terra e o homem rural e aventuram-se loucamente numa política de urbanismo e de industrialismo espontâneo, de repetidos, vultosos e onerosíssimos empréstimos, de emissões sem conta nem medida, até afundar o país num vertedouro de misérias físicas e morais. p. 31.

Impõem-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie. p. 33.